



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 28 - Nº 531 - DE 6 DE NOVEMBRO A 20 DE NOVEMBRO DE 2016 - R\$ 4,00

Juventude empunha as bandeiras de Abaixo a PEC 241 (do teto de gastos) e a MP 746 (reforma do ensino médio)



Cabe à classe operária tomar a frente das lutas contra o governo golpista de Temer



Venezuela

O POR combate o governo golpista no Brasil. Defende o direito da autodeterminação do povo venezuelano resolver a crise de seu país. Condena e denuncia o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Assimila as experiências com o nacional-reformismo chavista para demonstrar seu conteúdo burguês e para defender a via da revolução

Derrubar as reformas antinacional e antipopular de Temer

Cresce a desconfiança e o descontentamento no seio dos explorados e da juventude diante das medidas reacionárias do governo golpista. O fato dos estudantes, professores e funcionários do sistema público de educação se colocarem em luta contra a PEC 241 do Teto e a MP 746 do Ensino Médio tem chamado a atenção da população para os perigos da política econômica e administrativa imposta por Temer.

A onda de ocupação de escolas secundaristas no Paraná colocou uma pedra no caminho do Ministério da Educação. O ministro Mendonça Filho já acena com a possibilidade de rever seu projeto. Certamente, essa reforma reacionária não era o objetivo central das forças que derrubaram o governo de Dilma Rousseff. De repente, a mobilização estudantil acendeu um estopim sob os pés dos golpistas. Ainda que não tenha em si mesma a potencialidade para confrontar a estratégia geral de Temer/Meirelles/Padilha, indicou a via por onde as massas reagirão contra os ataques às suas condições de existência.

O governo conta com a passividade dos sindicatos operários e com a política de colaboração de classes da burocracia sindical, que em essência não se modificou com o golpe institucional. A tranquila aprovação da PEC 241 na Câmara Federal se traduz em estabilização política do governo, caso dê lugar ao prosseguimento de reformas como a da previdenciária e trabalhista. No entanto, trata-se de uma autoafirmação entre as forças burguesas que comandam o Estado. O aspecto decisivo, porém, não está na supremacia do governo sobre as relações interburguesas no Congresso Nacional e demais instituições estatais, mas sim na capacidade do governo de arrastar as massas para apoiá-lo.

Tudo indica que não terá como vencer a maioria oprimida de que o golpe foi e será benéfico para a vida dos desempregados, dos aposentados, dos milhões que sobrevivem com um salário mínimo, da camada de classe média arruinada, que depende da saúde e educação públicas, enfim, dos pobres e miseráveis. Temer não conta a seu favor com as ilusões que as eleições despertam nas massas, quando estas elegem um novo governo burguês. Pesa-lhe a condição de usurpador, de conspirador e de Judas do governo de Dilma Rousseff. Com seus planos violentos, antinacional e antipopular, expõe os objetivos reacionários do golpe.

O Congresso Nacional comunga com a política de impor à força e por cima do povo os planos voltados inteiramente ao pagamento da dívida pública parasitária. A grande maioria de deputados que votou na PEC 241 comparece como a escória burguesa, cuja única função é a de servir ao grande

capital e à causa própria, custe o que custar à economia e à vida dos explorados.

O fracasso do PT se deveu precisamente por se negar a organizar a maioria oprimida contra a burguesia nacional e o imperialismo e por governar de acordo com os interesses gerais dos exploradores. O reformismo se revelou impotente diante do capitalismo monopolista, parasitário, decadente e putrefato. O governo golpista se gestou nas entranhas da impossibilidade do reformismo cumprir o prometido “desenvolvimento sustentável”, baseado na “distribuição de renda” e na “potenciação do mercado interno”. Prevaleceram o predomínio das multinacionais e o parasitismo do capital financeiro sobre a política assistencialista de “distribuição de renda” e “inclusão social”.

A experiência com o governo petista, porém, concluiu por meio de um golpe e não da luta independente dos explorados. Esse desfecho, inevitavelmente, pesa em favor do governo de Temer. Isso por que não se improvisa um movimento com reivindicações e bandeiras próprias que expressem as necessidades da maioria oprimida. O período anterior de conciliação de classes e de estatização das organizações operárias, camponesas e estudantis continua vigente, apesar do governo petista ter sido varrido do poder. As massas, porém,

têm um caminho pela frente de choque com as medidas do novo governo. Esse é o aspecto favorável à resistência da maioria oprimida diante do avanço da superexploração do trabalho, da precarização das condições sociais, da miséria e da fome.

Certamente, é sintomática a vitória nas municipais dos partidos que se alinharam por trás do impeachment, em especial a do PSDB, e a derrocada do PT. Servirá à recomposição da política burguesa. O que quer dizer que a classe operária, os camponeses e a juventude terão de enfrentar uma força cada vez mais centralizada e repressiva. Essa situação objetiva possibilita a defesa da organização de um movimento unitário nacional

para derrubar as reformas antinacional e antipopular do governo golpista.

As bandeiras de abaixo a PEC do Teto e MP do Ensino Médio, se empunhadas pelos explorados, servirão à luta contra o conjunto de medidas, que atingirá a previdência e as relações trabalhistas. As esquerdas têm a obrigação de constituir os comitês de frente única, para combater com a política e com os métodos próprios da classe operária o governo golpista; para exigir que os sindicatos convoquem assembleias e que as centrais se unam em defesa da vida dos explorados; para enfrentar a brutal ofensiva da repressão já em curso.

A tranquila aprovação da PEC 241 na Câmara Federal se traduz em estabilização política do governo, caso dê lugar ao prosseguimento de reformas como a da previdenciária e trabalhista. (...) As massas, porém, têm um caminho pela frente de choque com as medidas do novo governo. Esse é o aspecto favorável à resistência da maioria oprimida diante do avanço da superexploração do trabalho, da precarização das condições sociais, da miséria e da fome.

Ofensiva contra o MST

Combater a Lei discricionária e a criminalização dos movimentos

Há muito, os latifundiários, o agronegócio, a imprensa monopolista e os representantes de partidos da burguesia ligados à oligarquia agrária vêm reclamando maior e mais pronta repressão aos sem-terra, em particular ao MST. Dizem que se trata de um movimento fora da lei e que usa da ilegalidade para promover a subversão no campo. No entanto, as condições políticas não permitiram uma ofensiva mais profunda e contundente contra os camponeses que se organizam pela conquista da terra. O que nunca impediu que o Estado, a justiça, a polícia e os latifundiários contra-atacassem em defesa da grande propriedade da terra.

A criação da União Democrática Ruralista e a formação de uma ampla bancada parlamentar voltada a proteger os interesses dos poderosos foi uma significativa resposta da reação oligárquica. O governo do PT, que, a princípio, se colocaria a serviço da reforma agrária, em pouco tempo, estabeleceu vínculos com uma fração da oligarquia, alinhou-se aos interesses do agronegócio, claramente entrelaçado com o capital internacional. Ao MST, patrocinou o controle burocrático sobre os camponeses, assentamentos e acampamentos. Ou seja, aumentou sua dependência perante o Estado. Não avançou na política de desapropriação com indenização e assentamento de famílias, mas garantiu a sobrevivência política da burocracia que controla o MST.

Lembremos que essa política não foi uma criação do reformismo petista, mas da própria ditadura militar que promulgou o Estatuto da Terra. Os governos da “abertura democrática” a utilizaram para conter a luta de classes no campo e assim evitar que confluísse com a luta de classe urbana, encabeçada pelo proletariado. O MST, de oposição aos governos da ordem oligárquica, passou à base de sustentação dos governos do PT. Sua direção fez os camponeses sob sua influência acreditarem que se tratava de um “governo democrático e popular”, que nasceu amparado por uma frente social dos explorados na forma de “poder popular”.

Mesmo que a experiência concreta mostrasse ao MST que o lulismo e o petismo se submeteram à exigência da burguesia – e, em especial, da oligarquia agrária – de que deveriam colocar acima dos camponeses os interesses dos seus opressores, mesmo assim sua direção continuou a sustentar os governos de Lula e de Dilma, que de democrático e popular só tinham a sombra. Nota-se que sob o petismo diminuíram as ocupações, o que amenizou a questão agrária, que se ergueu poderosamente com o fim da ditadura militar e se desenvolveu até o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Os assassinatos no campo, a vigilância latifundiária e a resposta imediata da justiça contra as ocupações continuaram a se fortalecer. Mesmo assim, permaneceu em pé a campanha burguesa de que era preciso o Estado decretar a ilegalidade do

MST e recrudescer o Código Penal contra a organização camponesa independente e as ocupações. Não se conformavam com o baixo número de camponeses punidos pela justiça, levando em conta o grande número de ocupações. Essa é a conta que a reação latifundiária tem feito para justificar a criminalização do MST.

Em 2013, a Lei 12.850 entrou em vigor, destinada a combater organizações criminosas. Eis por que prevê infiltração policial, inquéritos sigilosos, delação premiada, etc. Não é que a Justiça do estado de Goiás decidiu aplicá-la contra o MST! Motivo: ocupação de uma fazenda do senador Eunício de Oliveira (PMDB). Quatro militantes foram presos e enquadrados na Lei voltada ao crime organizado. O juiz da comarca interpreta que o MST é uma organização criminosa como as do narcotráfico, do contrabando, etc.

Conhecidos inimigos do movimento camponês aplaudiram, sob o argumento de que o Código Penal de 1940 está desatualizado e que o enquadramento dos militantes do MST no crime de formação de quadrilha não era bem apropriado para a situação. É como se agora, com a Lei 12.850/13, se tenha chegado próximo da adequação.

O pedido de habeas corpus foi atendido para um dos implicados, os demais estão com a prisão decretada. É preciso ainda indicar uma das implicações mais “inovadora” da jurisprudência ditatorial. Por meio dessa Lei, o juiz pode determinar a prisão de qualquer membro do MST, segundo a famosa “teoria do domínio dos fatos”, aplicada no processo do “mensalão” contra o PT. Não é preciso provar materialmente a implicação do acusado no suposto delito.

O movimento camponês e operário, sem dúvida, está diante de uma perigosa lei discricionária, colocada ao bel prazer do juiz. É esperado o recrudesimento dos mecanismos de dominação de classe. Não é esperada a resposta do MST e dos sindicatos que se encontram seriamente limitados pela política do reformismo e do burocratismo.

Por que não pôr em marcha uma campanha contra toda legislação e medidas autoritárias, unindo os explorados do campo e da cidade? O golpe de Estado que derrubou o governo petista evidenciou a necessidade da burguesia de impor novas condições de governabilidade. O que significa fortalecer o Estado policial.

Está colocada uma frente das forças que se reivindicam da independência diante da política burguesa oficial e de suas variantes de esquerda em defesa da plataforma de reivindicações dos explorados e das bandeiras dos direitos democráticos de manifestação e organização. Não há como lutar pela terra e pelas necessidades mais elementares da maioria oprimida sem organizar o movimento operário e camponês no terreno da independência de classe.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Responder à repressão

Não basta enfrentar a criminalização do MST com questionamentos jurídicos

Estamos diante de uma nova etapa da situação política aberta pelo golpe de Estado. O governo está em franca ofensiva contra a vida das massas. Aperfeiçoam-se os instrumentos jurídicos e policiais contra os movimentos. Procura-se estabilizar o poder centralizador do governo golpista. Os explorados não têm outra via senão se defenderem com suas reivindicações e métodos próprios de luta.

O risco ao governo de Michel Temer está justamente nas respostas que as massas deem aos seus ataques e aos do patronato. É visível que cresce o descontentamento com a PEC do Teto, a reforma do ensino médio e a anunciada reforma da previdência e trabalhista.

Nesse contexto, o Ministério Público de Goiás pediu a prisão de quatro militantes do MST, sob a alegação de que usaram da violência na ocupação da Usina Santa Helena, que abarca 22 mil hectares. Foi evocada a Lei 12.850 que enquadra como organização criminosa. Em conexão, aplica-se a Lei 13.260, conhecida como lei antiterrorismo.

A Usina Santa Helena quebrou, os operários ficaram sem receber os direitos trabalhistas e os camponeses viram a oportunidade de pleitear um grande assentamento. Em fins de abril, mil famílias reocuparam a propriedade. Da primeira ocupação, em agosto de 2015, saiu um acordo que destinava parte da fazenda para a “reforma agrária”

(assentamento). Mas posteriormente foi anulado pela Justiça, que alegou a prioridade dos ex-trabalhadores receberem os direitos. Assim, realizou-se uma manobra para evitar a conquista dos sem-terra. Não houve outra atitude a se tomar a não ser a reocupação.

A decretação da prisão de quatro lideranças, enquadradas na Lei 12.850 e 13.260, reflete claramente a nova situação política caracterizada pela ofensiva da burguesia e seu governo contra o conjunto dos explorados. A denúncia contra a criminalização e a demonstração que o MST não pode ser tipificado como organização criminosa é necessária. Mas não se deve limitar à contestação do uso indevido da lei pela justiça de Goiás. A abrangência da repressão tem de ser posta aos olhos dos explorados.

As respostas serão mais eficazes se acompanhadas de organização de uma frente de luta, que unifique camponeses e operários sobre a base de uma plataforma de defesa comum. É imprescindível abrir a discussão sobre a aliança operário-camponesa para combater a oligarquia latifundiária e os ataques da burguesia contra o conjunto dos explorados. Todo apoio à ocupação da Usina Santa Helena! Entrega das terras aos camponeses! Fim da criminalização do MST! Revogação do mandado de prisão! Abaixo a Lei antiterrorismo e toda legislação voltada contra o movimento dos explorados!

Uma operação de guerra para criminalizar o MST

Forças policiais desfecharam a “Operação Castra” (o nome deveria ser Operação Armação). Foi montada uma justificativa para criminalizar o MST, usando a denúncia de um latifundiário da região de Quedas do Iguaçu, ocorrida em março. A ação policial atingiu o Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. São 14 mandados de prisão, 10 de busca e apreensão e duas detenções coercitivas.

O governo aproveitou para desenterrar a denúncia e punir o MST. Armou uma operação de guerra, envolvendo uma centena de policiais, o Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), do Tático Integrado Grupos de Repressão Especial (Tigre) e do Grupamento de Operações Aéreas (Goa).

Forças policiais invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, São Paulo.

Policiais pularam os portões e começaram a atirar em direção às

pessoas que estavam no local. Essa ação faz parte da Operação Militar contra o MST em vários estados. Só saíram da escola quando os advogados chegaram. Trata-se de uma ofensiva, visando a prender e punir as lideranças. Objetiva enquadrar o MST como organização criminosa.

Agora, sob o governo golpista de Temer, foi posta em marcha uma Operação de caça ao MST e de cumprir o objetivo de colocá-lo na ilegalidade.

É necessário constituir comitês contra a repressão e organizar a campanha de defesa do MST, pela imediata suspensão da Operação policial e pela libertação dos presos políticos. Essa ofensiva do governo Temer atinge o movimento operário, popular e estudantil. Não pode ficar sem resposta. É obrigação da direção do MST, da CUT e de todas as organizações que defendem as liberdades políticas organizar urgentemente um movimento de denúncia do governo Temer e dos governadores que se colocam a serviço dos latifundiários e da agroindústria.

Decisão do STF restringe ainda mais direito de greve: no funcionalismo, dias parados serão descontados

No último dia 27/10, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 6 votos a 4, que os dias parados em greves de funcionários públicos devem ser descontados, mesmo nas greves julgadas legais, a não ser no caso em que houver acordo que estabeleça o pagamento desses dias; ou, nos casos em que se provar a ilegalidade da ação do Poder Público. A Constituição estabelece o direito de greve do funcionalismo, mas não especifica se com os dias parados pagos. Há projetos de regulamentação do direito de greve no funcionalismo em discussão, mas a maioria no Supremo deu de ombros à Constituição e ao debate parlamentar.

De agora em diante, toda greve no setor do funcionalismo terá os dias parados descontados. Essa decisão é um claro ataque ao direito de greve, e será usada como instrumento repressivo contra os movimentos, desde antes de sua deflagração.

Quem entrar em greve e quiser ter os dias parados pagos terá de impor um acordo nesse sentido à administração pública, ou provar uma ilegalidade de sua ação.

O ministro Fux chegou a afirmar que a medida é uma preparação para enfrentar as prováveis greves no funcionalismo em decorrência do congelamento salarial imposto pelo teto dos gastos nos próximos 20 anos (PEC 241).

Também se colocou a interpretação de que durante as greves haverá a suspensão temporária do contrato de trabalho. O ministro Lewandowski afirmou que a relação do funcionário público com o Estado não é de contrato de trabalho, mas estatutária. Já Gilmar Mendes defendeu que se aplica ao funcionalismo a mesma regra da lei de greve válida para os trabalhadores do setor privado. É possível que essa interpretação sirva para ações repressivas de exoneração de funcionários em greves futuras.

O direito de greve só pode ser garantido se a luta for por meio da mobilização, ligando-a à defesa das reivindicações mais sentidas, negadas pelos capitalistas e seus governos. E a força necessária para impô-lo depende da mais ampla unidade na luta.

Paraná: Governo Beto Richa avança na quebra do movimento do funcionalismo

A greve do funcionalismo estadual, que se limitou finalmente à greve dos professores da rede (APP), universidades e polícia civil, está refluindo rapidamente e o governo Beto Richa (PSDB) se reforça para atacar os grevistas e os estudantes secundaristas nas ocupações de escolas.

Após o segundo turno das eleições, em que a maioria dos candidatos aliados do governo venceram, Beto Richa subiu o tom das ameaças e agora já anuncia empregar a violência policial para acabar com as ocupações de escolas. De fato, já há menos escolas ocupadas e até foi feito um acordo com os estudantes para desocupar 500 escolas.

A potenciação do governo decorreu do recuo da greve dos professores. Estes, após derrotarem a sua direção na assembleia do dia 22 de outubro, quando mantiveram a greve, contra a orientação do comando por escassos cinco votos de diferença, suspenderam a greve na assembleia do dia 31 de outubro.

Para conseguir este retrocesso, a direção da APP e coordenação do Fórum das Entidades Sindicais “arrancou” informalmente do governo a existência de uma “folga” de R\$ 1,4 bilhões que com se poderia pagar uma parte das progressões atrasadas e uma pequena parte da reposição da inflação de 2016. A existência – por ora hipotética – deste montante foi utilizada pela APP e pelo Fórum para anunciar, na forma de uma carta aos deputados estaduais, a possibilidade de atender parte das reivindicações. Quer dizer, antes mesmo do governo formalizar como proposta, estes burocratas já declaram aceitar que os

salários dos funcionários públicos seja rifado. É claro que para justificar esta traição, amplificaram as dificuldades de paralisar as escolas que não estão ocupadas e até se colocam no lugar do governo, “aceitando” que este terá uma arrecadação menor por conta da crise, etc., etc.

O fato é que neste momento somente as universidades estão paralisadas, mas já existe um movimento por parte dos sindicatos mistos que estão no Fórum no sentido de suspender o movimento para “negociar” com o governo aquele valor hipotético.

O elemento positivo nesta situação calamitosa é o desgaste da orientação do Fórum, de um lado, e do sectarismo de algumas Seções Sindicais do ANDES que bloqueiam a unificação dos docentes. Já se observam movimentos que colocam a necessidade de se constituir uma articulação das universidades. Somado ao renascimento do movimento estudantil que em várias universidades do Estado estão ocupando os prédios e recuperando sua organização, indicam que é possível a reconstituição do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Público do Paraná.

De outra parte, nem a reivindicação salarial foi atendida, nem os ataques que motivaram o movimento das ocupações foram derrotados. Quer dizer, permanece o fundamento material dos movimentos e que, dependendo da ampliação no plano nacional das manifestações, poderá recuperar impulso em breve.

OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PR

MEC manobra para jogar população contra as ocupações

Desde o dia 3 de outubro, as escolas do Paraná protagonizam ocupações contra as medidas de reforma do ensino médio e contra a PEC 241 do governo Federal. No estado do Paraná, são 450 colégios que permanecem ocupados pelos estudantes. É evidente que o descontentamento social contra as medidas antipopulares do governo Temer é a coluna vertebral da luta dos secundaristas.

As ocupações incomodam de tal forma o governo do estado que diversas medidas foram tomadas por Richa para acabar com as ocupações. No início, o governador foi à público propagandear que seu governo tinha como base o diálogo antes da implementação das medidas do governo federal. Agora já mudou de discurso e ameaça empregar a força da polícia.

Chegou a atacar as ocupações forçando os conselheiros tutelares a comparecem nas escolas para ajudar nas desocupações, caso encontrem alguma “irregularidade”. Utilizou vergonhosamente a morte do estudante secundarista Mateus para culpar as ocupações, sendo que em nenhum momento, houve ligação direta das ocupações com a morte do adolescente.

Diversas escolas estão sendo desocupadas por determina-



ção aplicação do Exame. A ausência de uma direção política que expressasse a unidade das ocupações impediu que o movimento desse sua resposta de forma organizada.

ATAQUES DO MBL

O grupo MBL vem forçando a entrada nas escolas ocupadas de Curitiba para intimidar e provocar os estudantes se-

cundaristas. No dia 19 de outubro, um grupo de Curitiba do MBL entrou à força no CEP – Colégio Estadual do Paraná – maior colégio ocupado e agrediu estudantes e abusou sexualmente de uma adolescente, passando a mão em seu corpo. Trata-se de ações fascistas de provocação para legitimar o uso da força policial.

TAREFA DAS OCUPAÇÕES

A União Paranaense do Estudante (UPE), em Londrina, está sendo rechaçada, devido a desconfiança de uma direção que nunca organizou absolutamente nada e que esteve atrelada ao governo do PT. Em vários colégios, não se reconhece a UPE, porque tentou manobrar e aparelhar as ocupações. Chegou a ser expulsa. Há também uma intenção de montar um comando único das ocupações em Londrina. Já ocorreram reuniões com o propósito de se manter os estudantes organizados no caso de desocupação. Uma parcela dos estudantes defende que se houver a desocupação pela polícia, a solução é ocupar as ruas.

Já se tem acumulado uma grande experiência na luta das ocupações, principalmente as de 2015 em São Paulo. Os lutado-



res que ocupam as escolas devem se apropriar das experiências e fortalecer sua luta. Entre elas, podemos elencar a necessidade de unificar a luta do estado em torno de uma assembleia geral dos estudantes secundaristas; criar grêmios livres em todas as escolas ocupadas, eleger a direção entre os lutadores mais destacados das ocupações; rejeitar o discurso pacifista e combinar as ocupações com manifestações massivas de rua. Só assim se poderá impor ao governo do estado e ao governo usurpador suas reivindicações.

Greve estudantil na UEL

A greve dos estudantes da UEL se iniciou no dia 20 de outubro, a partir das suas reivindicações e em favor da unidade das três categorias para fortalecer a luta combativa contra a reitoria e o governo do Estado.

Foram aprovadas na assembleia anterior as reivindicações em defesa da estudante expulsa da moradia, em ação de perseguição da burocracia universitária e da guarda da universidade. Além da situação da expulsão, os estudantes defendem a ampliação imediata da moradia estudantil e a soberania dos que moram na casa para decidir sobre as situações. Foi realizada uma assembleia entre o DCE e os moradores e foi feito um abaixo assinado dos moradores exigindo que a reitoria não deixasse a estudante desamparada. E mesmo assim a reitoria expulsou a estudante.

Outra reivindicação do movimento é a defesa da luta pela permanência das cotas raciais na universidade. O DCE possui um posicionamento de defesa da luta pelo acesso universal dos estudantes e não de cotas, porém neste momento colocou-se em defesa da luta do movimento negro contra o racismo dos conselheiros que com estes argumentos querem arrancar as cotas à força da Universidade.

Também foi aprovada a defesa da permanência do passe livre estudantil, que foi retirado pelo prefeito de Londrina Alexandre Kireeff quando os professores da cidade e da universidade decretaram greve. Os estudantes denunciaram esta medida do governo Kireeff que se coloca ao lado do governo Beto Richa em derrubar covardemente a luta dos estudantes. Além de não garantir que a lei do passe livre se cumpra ano que vem, já que não foi candidato a reeleição. O Movimento

grevista da UEL defende a permanência do direito ao passe livre independente da troca de governos.

A luta em defesa das ocupações foi expressa pela bandeira: Revogação imediata da PEC 241, MP 746 e contra a lei da escola sem partido. Não como apoio, mas sim como uma reivindicação também do movimento dentro da Universidade. Neste sentido os estudantes apresentaram uma proposta de unidade sobre a base dessas bandeiras ao movimento de professores e funcionários.

Nesta situação, o comando de estudantes decidiu realizar uma manifestação na reitoria para entrega da carta de reivindicações e foi recebido com portas trancadas e luzes apagadas às pressas o que mostra a disposição da reitoria em nos receber. Depois de muito custo, a procuradora jurídica saiu e recebeu a carta a contra gosto. Até o momento não houve respostas da reitoria, mesmo na carta estando o pedido de respostas em prazo de no máximo 48 horas.

Os estudantes continuarão levantando a bandeira de reivindicações de unidade contra a reitoria e o governo do estado em forma da bandeira: Assembleia geral universitária. Somente assim as bandeiras corporativas dos professores e funcionários poderão ficar em segundo plano em relação à luta contra a privatização na universidade e pela Autonomia universitária. A luta pela revogação imediata da PEC 241, bem como da MP 746, são reivindicações que a Universidade deve acatar contra os ataques do governo federal, serão diretamente afetadas caso seja aprovado pelos governos. Defendemos a unificação do movimento em torno a bandeiras gerais de defesa da universidade pública, contra a privatização e contra o governo.

A resistência nas escolas e universidades contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC do teto

A juventude tem dado grandes demonstrações de combatividade ao responder aos ataques do governo Temer e governadores com a ocupação de escolas, institutos federais e universidades. São mais de mil escolas sob controle dos estudantes. Há pelo menos 60 universidades federais e estaduais com ocupações gerais ou parciais, sendo algumas com greves estudantis, como a UNB, após decisão aprovada em uma assembleia multitudinária.

Em Pernambuco, os campi do interior da UPE, UFRPE e UFPE saíram na frente, com ocupações em Nazaré da mata e Petrolina (UPE); Vitória de Santo Antão (UFPE); Serra Talhada e Garanhuns (UFRPE), além de vários Institutos Federais. No dia 24 de outubro, os estudantes da UFPE de Recife bloquearam a BR 101, ação que deu força à paralisação do dia 25 e desencadeou um processo de ocupações dos centros, iniciando neste dia com o Centro de Educação e rapidamente se espalhando para outros quatro centros e núcleos. No dia 01/11, os estudantes do curso de Serviço Social, em uma assembleia bastante representativa, aprovaram a greve estudantil como forma de se somar ao movimento. No dia 25, o ato de rua chamado pela Frente Povo Sem Medo, que teve a adesão das universidades, bloqueou a principal avenida da cidade por cerca de duas horas.

“Após os estudantes tomarem a iniciativa, os professores da Universidade Estadual de Pernambuco (UPE) se somaram à greve. Sob o impacto das ocupações estudantis, a assembleia docente da UFPE, de 03/11, aprovou o indicativo de greve para o dia 11/11. A direção da Adufepe (PCdoB) não conseguiu frustrar a vontade da categoria com suas manobras, mas após a votação, em que a greve foi aprovada por 265 a 110 votos, se levantou impedindo que os encaminhamentos fossem debatidos e votados. As federais de Uberlândia, Pelotas, Alfenas e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais já aprovaram a greve docente e permanece a greve nas estaduais do Paraná. Nos dias 05 e 06/11 haverá a reunião do setor das federais, estaduais e municipais do ANDES para coordenar as lutas. A Federação dos Servidores das Universidades (FASUBRA) deflagrou, no dia 24 de outubro, uma greve por tempo determinado, enquanto durar a tramitação da PEC 241 (atual PEC 55). Em 46 instituições federais, os técnicos paralisaram suas atividades.”

Organização

Entre os estudantes, chama a atenção a dificuldade em centralizar estas lutas, fruto do distanciamento da UNE das bases estudantis nas universidades públicas, resultante da política de conciliação com os governos do PT, e da debilidade da ANEL, resultante do divisionismo e que em sua trajetória tem se mostrado como uma burocracia de esquerda. Nas universidades, o corporativismo ainda é um bloqueio à formação de comandos unificados de greve e mobilização e as Assembleias Gerais Universitárias, o que ser-

viria para unificar toda a força social desencadeada por este processo e fazer valer a autonomia universitária num momento em que os reitores condenam formalmente a PEC 241, mas continuam a cortar bolsas estudantis, demitir terceirizados e intensificar as vias privatistas.

Do ponto de vista do funcionalismo, o Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais aprovou apenas um dia nacional de paralisações e uma data para a greve geral, já com a possibilidade que seja transformada em mais um dia de meras paralisações. A CUT nem mesmo comparece nas reuniões. A data é 11 de novembro. Permanece a tática de pressão parlamentar, com as comissões nos corredores do congresso, os atos minoritários em aeroportos e divulgação de fotos dos parlamentares que votaram favoráveis à medida. Uma tática que revela a impotência destas direções e reforça a ilusão nos nomes que circunstancialmente estão contra estas medidas, mas que estão sob o mesmo programa do ajuste fiscal e submissão ao capital financeiro.

Se no funcionalismo o “esquenta” para a greve geral está frio, no movimento operário está congelado. Não se vê a preparação com assembleias nas fábricas e obras. As campanhas salariais permanecem isoladas, levando a índices inclusive abaixo da inflação. Têm crescido as greves de prestadores de serviço em áreas de limpeza, vigilância e saúde contra o atraso de salários e descumprimento de direitos. São elementos importantes para o quadro de luta contra os ataques do governo, uma vez que por mais valorosas que sejam as iniciativas estudantis e os bloqueios de ruas, avenidas e rodovias, a necessidade é de que a classe operária rompa o bloqueio das burocracias e entre em cena parando a produção, em uma greve política contra as medidas antioperárias e antipopulares, em defesa dos empregos, salários e condições de vida.

Repressão

Os ataques do governo ainda vão se intensificar, junto com isso a criminalização se intensificará, favorecida pelas medidas repressivas aprovadas pelos governos do PT como a criação da Força de Segurança Nacional, lei antiterrorismo e articulação das polícias promovida nos megaeventos esportivos. No dia 19/10, o MEC enviou um ofício aos Institutos Federais e universidades solicitando a identificação dos estudantes que estão realizando ocupações. Em torno do ENEM, tem-se dado

Adquira com o distribuidor de Massas:

ASCENSO E QUEDA DO PT

Este livro contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxista-leninista-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário. O livro Ascensão e Queda do PT é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.

R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

também uma queda de braço, o que levou o governo a adiar as provas nos locais ocupados, tentando jogar estudante contra estudante.

O STF, no dia 27/10, julgou um Recurso Extraordinário que tramitava desde 2012, autorizando o corte dos salários de servidores públicos desde o primeiro dia de greve, exceto em caso de “conduta ilícita do poder público”. A medida obviamente foi desengavetada sob encomenda para colocar mais obstáculos à greve geral do funcionalismo. Coloca-se a necessidade de intensificar a campanha junto às centrais pelo direito irrestrito de greve e revogação de todas medidas que o limitam.

No interior das Universidades, coloca-se a necessidade de afirmar a autonomia universitária, entendida como autogoverno da comunidade e impedir que chefias, diretores e reitores delatem estudantes, professores e técnico-administrativos em greve. Na UFPB, um Procurador Federal já notificou a reitoria indicando o corte do ponto dos servidores em greve.

A repressão aos secundaristas também tem se intensificado. No Tocantins, 26 estudantes, sendo apenas dois maiores de idade, foram algemados e presos. Em várias escolas houve ações violentas da PM. E um juiz da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal autorizou explicitamente que a polícia impeça que familiares e outras pessoas tenham contato com

os estudantes que ocupam um Centro de Ensino, que se corte a água, luz e gás e, inclusive, que apliquem torturas sonoras para impedir o sono. Além disso, exige a identificação dos ocupantes e de possíveis corruptores de menores, indicando a criminalização dos apoiadores. No dia 01/11, um professor da Universidade Estadual de Goiás foi preso por estar apoiando uma ocupação e questionar a ação da PM que arrebentou cadeados e retirou brutalmente os ocupantes, inclusive prendendo 13 estudantes.

Frente única

O movimento da juventude está prenhe de potencialidades. As ocupações mostram a disposição de luta. É necessário criar organismos democráticos que ajudem a centralizar as lutas, seja em nível local, estadual e nacional. Coloca-se a necessidade de retomar as entidades e derrotar as burocracias conciliadoras. O movimento da juventude é parte da construção da frente única para derrotar a PEC 241, a Reforma do Ensino Médio, o projeto Escola sem Partido, a Reforma Trabalhista e Previdenciária. Que esta força coletiva possa contagiar a classe operária, que também tem seus filhos nas escolas, e contribua para que as tendências de luta contra os ataques possam se manifestar também na produção.

Paraíba inicia ocupações

O movimento de ocupação das escolas, pelos secundaristas, teve início no ano passado, em São Paulo, contra o projeto de reorganização escolar imposto pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Teve grande visibilidade nacional e em outros estados também houve ocupações contra a precarização das escolas estaduais, como no Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul e Goiás, com suas pautas e reivindicações locais, ocupando mais de 700 escolas em todo país.

No segundo semestre deste ano, as ocupações são retomadas, desta vez com maior protagonismo dos estudantes do Paraná, seguidos pelos secundaristas de vários outros estados, em luta contra o Projeto “Escola Sem Partido” (PLS 193/2016). Mas o ponto decisivo para que se retomasse, com mais força e maior adesão, as ocupações no Brasil, foi a PEC 55 (antes PEC 241), que congela por 20 anos os gastos públicos com saúde, educação, moradia etc, e a reforma do Ensino Médio, cujo projeto irá reformular o currículo escolar, suprimindo disciplinas como história, sociologia, filosofia e artes, prejudicando também os cursos superiores de licenciatura.

Nesse momento, mais de mil escolas estão ocupadas em

todo o país, um diferencial das ocupações, neste ano, são as adesões por parte dos IFs e das UFIs, cujo número de ocupações já está em cerca de 139.

Na Paraíba, o movimento de ocupação atingiu, até o momento, apenas uma escola (em Bayeux), porém alguns campi dos IFs e UFIs já estão ocupados. Em assembleia extraordinária, os estudantes da UFPB decidiram ocupar os campi II, III e IV, sendo respectivamente, as cidades de Areia, Bananeiras e Rio Tinto. A ocupação é por tempo indeterminado, e os estudantes têm realizado aulas públicas, oficinas, atividades culturais etc. Em 01/11, estudantes do campus de João Pessoa também aprovaram a ocupação.

No sertão, em Sousa e no litoral, em Cabedelo, os estudantes ocuparam os IFs, no entanto, em Sousa finalizaram a ocupação no sábado (29), tendo em vista a realização do ENEM, que será nos próximos dias 5 e 6 de novembro, e estudam uma possível retomada das ocupações. Em Guarabira, cidade do brejo paraibano, técnicos e professores do IFPB estão em greve desde o dia 19/10, contra as medidas econômicas do governo Temer.

Dessa maneira, é importante reconhecer que a deflagração das ocupações na Paraíba é um avanço do movimento nacional na resistência contra os ataques do governo golpista contra as massas. A tarefa colocada é o fortalecimento das ocupações existentes e sua ampliação para as escolas da rede estadual.

Levantemos nossas bandeiras em favor das escolas públicas. Ampliemos efetivamente a unidade dos explorados. Fortaleçamos as assembleias populares (professores, estudantes, funcionários, pais, etc.). Viva as ocupações! Derrotemos a PEC 55 pela ação direta!

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 30

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Ocupação da reitoria do IFSP campus São Paulo

Estudantes do IFSP, campus São Paulo, ocuparam a reitoria, no dia 20 de outubro. A decisão se deu em uma assembleia massiva. A discussão, que antecedeu a deliberação, girou em torno de dois pontos principais: a PEC 241, que congela os gastos com educação e saúde pelos próximos 20 anos e a MP 746, que impõe a reforma do ensino médio.

Além destas reivindicações, os estudantes ocupantes têm bandeiras locais do campus São Paulo. Defendem a continuidade das obras no campus, garantia de pagamento das bolsas de auxílio e continuidade do bandeirão, que chegou a ficar ameaçado com os cortes de verba que o MEC determinou para as federais.

Já são quase 100 Institutos Federais ocupados pelo Brasil. Mais de 1000 escolas, sendo aproximadamente 450 só no PR. Além disso, existe uma tendência dos professores do IFSP en-

trarem em greve, em novembro. Tudo isso mostra que os estudantes e trabalhadores não estão se calando diante dos duros ataques que estão sofrendo. A burguesia declara abertamente que o pagamento da dívida pública é a prioridade e os governos seguem esta instrução à risca.

A ocupação da reitoria foi acertada e deve ser ampliada para outros campi do interior. Os professores devem deflagrar sua greve para unificar com o movimento secundarista. É preciso que o funcionalismo, como um todo, se unifique na luta. As centrais, os sindicatos e a CNTE devem fazer um chamado para que os demais trabalhadores se incorporem na luta. Sem a unidade, o movimento cairá no isolamento. A Corrente Proletária na Educação defende que se coloque em pé uma frente única nacional para barrar os ataques da burguesia.

É preciso que o Movimento Estudantil Secundarista de Caraguatatuba retome as Assembleias Gerais e se unifique com os demais movimentos na região!

Em uma reunião chamada de maneira improvisada pela JPT e UJS, o movimento estudantil de Caraguatatuba decidiu fazer uma manifestação contra a PEC do Teto e a MP da Reforma do Ensino Médio, no dia 24/10. Também para expressar o repúdio pela ação policial da PM de expulsar os alunos que estavam ocupando a Escola Estadual Alcides, em Caraguatatuba, sequer usaram o mandado judicial. Foi decidido que nas escolas onde existem os grêmios livres seriam feitas paralisações contra tais medidas. Haveria dois atos, um na região sul e outro, na parte norte. Em seguida, se concentrariam no centro da cidade e se avaliaria a proposta de bloquear a rodovia principal. Bem como a unificação com o ato do Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte, que tinha as mesmas reivindicações. Mas, a maioria dos estudantes se colocou contra.

No dia do ato, a Escola Colônia dos Pescadores fez uma paralisação, organizada pelo grêmio "Luta Livre", e contou com a exposição de dois professores do Instituto Federal (IF) de Caraguatatuba, que discutiram os ataques da PEC do Teto e a Reforma do Ensino Médio. Nas outras escolas, os grêmios conseguiram apenas agitar os estudantes para participarem do ato.

Só foi possível realizar o ato na região sul. A manifestação foi cercada pela polícia, o que impediu que alcançasse a avenida principal. Assim, apenas uma vanguarda se dispôs a bloquear a rodovia. As direções dividiram o movimento. A JPT defendeu o bloqueio da avenida e a UJS contra o bloqueio. Apesar da divisão, o bloqueio foi feito. A polícia reprimiu com spray de pimenta, cassetetes e chutes, deixando um ferido na cabeça e prendendo 4 estudantes.

Na mesma semana, a polícia invadiu o Instituto Federal e intimidou um militante da UJS, que faz parte do DA e que foi preso na manifestação, numa clara perseguição policial. O que deixa claro o avanço da repressão sobre os estudantes que ocupam as escolas e lutam contra as medidas governamentais.

A repressão tem sido a resposta comum dos governantes ao

movimento de resistência. Em vários estados, usam o aparato policial para reprimir e perseguir, como aconteceu recentemente em uma escola ocupada em Tocantins, onde retiraram os estudantes a força, levando todos presos. Em Santa Catarina, na cidade de Chapecó, com o apoio da direção da escola Irene Stonaga que foi ocupada, a polícia com fuzis manteve os estudantes em cárcere privado. No Distrito Federal, a Justiça autorizou a PM a usar aparelhos sonoros de maneira ininterrupta (técnica de tortura) para que os estudantes desocupem as escolas, numa clara demonstração de que a Justiça está a serviço dos opressores. Ou seja, os estados, na prática, estão alinhados para conter o ressurgimento do movimento estudantil secundarista sobre a base da repressão, tentando impedir o descontentamento com a reforma do ensino médio e a PEC do Teto.

Para respondermos às medidas antieducação, antipopulares e antinacionais do Temer e a repressão pelos governos estaduais ao movimento estudantil secundarista, será preciso a unidade dos trabalhadores da educação, estudantes e dos explorados em geral. Sem as greves, as ocupações, os bloqueios de avenidas e etc., os governos descarregarão goela abaixo os ataques. É preciso que o movimento estudantil secundarista de Caraguatatuba retome as assembleias gerais! Estas no meio do ano foram boicotadas pela JPT e UJS. É necessário conscientizar os estudantes dos ataques que estão acontecendo e que virão, fazendo o trabalho de base nas escolas pelos grêmios e demais lugares de intervenção. O movimento estudantil deve se unificar, em uma frente única, com o Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte e as ações que este tem realizado, como um ato que já está marcado para o dia 11 de novembro, contra a PEC do Teto.

Que o movimento estudantil retome a tradição das Assembleias Gerais!

Pela unificação, em uma frente-única, dos movimentos no Litoral Norte!

Para onde vai a Operação Lava Jato

A invasão do Senado pela Polícia Federal, prisão de quatro seguranças e confisco dos instrumentos de contraespionagem foram um episódio inesperado. Provocou um tumulto no Congresso Nacional e inquietação no governo golpista. Surgiu a pergunta: para onde vai a Operação Lava Jato?

A prisão de Eduardo Cunha permitiu que a imprensa monopolista dissesse que aí estava a prova de que a Lava Jato era ampla, geral e irrestrita. O que punha abaixo a tese de que estava voltada seletivamente ao PT e seu governo. A importância dessa observação está em que as forças que derrubaram Dilma Rousseff necessitam limpar-se da pecha do golpe de Estado. Jamais vão mudar o caráter do acontecimento histórico, mas a falsificação conjunturalmente serve à governabilidade.

A crise econômica prossegue e continua a refletir poderosamente na política dominante. Nesse sentido, a Lava Jato ganhou uma nova dimensão. Caso mantenha a marcha ascendente, atingirá o governo golpista e afetará a aliança constituída pelo PMDB, PSDB e DEM. Somente neste caso, aqueles que ainda se prestam a limpar a nódoa do golpe teriam como comprovar que a Lava Jato não esteve direcionada contra o PT. Não obstante, não poderiam modificar o fato de o impeachment ter sido um instrumento do golpe institucional.

A Lava Jato irá até a implicação de Michel Temer? Irá até o fim com as investigações que envolvem um elevado número de parlamentares? Derrubará Renan Calheiros da presidência do Senado? Prenderá homens tão proeminentes como Romero Jucá, Moreira Franco, Aécio Neves? Enfim, porá em risco a estabilidade do governo golpista? Tudo indica que não!

O desmonte do governo petista circunscreveu o objetivo geral da Lava Jato. Não é transcendente saber se esse foi um cálculo ou uma contingência de um processo que se desencadeou e foi estabelecendo cegamente o objetivo de acabar com o governo de Dilma Rousseff. A certeza é de que a Operação Lava Jato serviu de instrumento para as forças golpistas. O que não é certo se servirá para comprometer a governabilidade da nova aliança de poder. O mais provável é que não terá esse alcance. Nossa quase certeza – trata-se de probabilidade – está em que a Lava Jato pouco peso tem sem que esteja escorada e alimentada em poderosas forças burguesas.

As forças que potenciaram a operação de conjunto, envolvendo várias instituições do Estado, e que projetaram as ações dos procuradores e do juiz Sérgio Moro, agora, estão no poder. Não há na situação uma oposição burguesa capaz de abrir uma nova etapa das investigações, delações, prisões e expurgos políticos. Os responsáveis pela Lava Jato terão daqui para frente de se conformarem com a perda de poder. Para a aliança golpista e seu governo, não há motivo para estender por muito tempo as investigações e prisões preventivas. Trata-se de encontrar um desfecho. É na conclusão que se encontra a dificuldade e o nó da crise.

A prisão de insignes empresários nacionais e o comprometimento de seus gigantescos negócios refletem pesadamente na política. Terá de se promover um rearranjo. A prisão de Cunha se tornou um imperativo da crise política. O que em princípio não é a de um Renan Calheiros. O que revelará Cunha, certamente, não terá o mesmo valor que tiveram as revelações anteriores contra os petistas. Mesmo assim, é um espinho no caminho do rearranjo. O homem está pedindo que Temer e Lula sejam suas testemunhas. Sinal de que o jogo é de cartas altas e blefes bem calculados.

É nessa situação que um juiz de segunda instância do Distrito Federal – qualificado por Calheiros de “juizeco” – determinou a

invasão do Senado. A grita de Calheiros de que se tratava de um ato fascista e de que nem a ditadura teve tanta ousadia serviu para mostrar aos responsáveis pela Lava Jato que haviam ultrapassado os limites e que era o momento de entenderem que há uma nova força no poder. O homem que mais carrega denúncia por corrupção se arvorou como representante da República. Sabia perfeitamente que as forças que derrubaram Dilma e que esmagaram o PT o apoiariam.

Apesar da intempestividade de Calheiros, a imprensa monopolista e alguns notórios representantes da política burguesa lhe deram razão. O ministro do STF, Teori Zavascki, aceitou a causa e suspendeu a desastrosa Operação Métis. O conflito do presidente do Senado com o ministro da Justiça, qualificado de “chefete de polícia”, e com a presidente do STF, que se doeu pelo “juizeco”, foi resolvido com um encontro de boa vizinhança promovido pelo presidente da República. Os responsáveis pela Lava Jato ficaram quietinhos. Assim, concluiu-se um dos conflitos mais sérios no processo da crise política.

O acontecido, porém, serviu para as forças golpistas mostrarem às instituições e aos chefes da Lava Jato que chegou o momento de determinar os seus limites e alcance. O ativismo político e projeção do ministro do STF, Gilmar Mendes, comparecem como a voz jurídica que demarca a necessidade de estabelecer os limites dos poderes do Estado. Quando se tratava de caçar o PT e seu governo, as inúmeras violações foram consideradas compatíveis com os procedimentos dos investigadores, inclusive a escuta secreta da presidente da República. Agora, Mendes, um juiz ligado ao PSDB, acha que a Operação Lava Jato “empoderou grupos”, que dela se valem para chantagear e defender interesses corporativos.

Está em discussão no Senado o projeto de Lei de Abuso de Autoridade, apoiado por Mendes. Uma de suas denúncias foi a de que promotores e juizes usam a Lei da Ficha Limpa para chantagear parlamentares. A desavença com a magistratura e com a Procuradoria Geral da República se instalou justamente em meio à necessidade das forças golpistas tomarem as rédeas do Estado e empurrarem as instituições para seus devidos lugares. Sob o governo petista, ganharam força e projeção, ao que se denomina de independência entre os poderes. Mas se nota que chegou o momento de retornar à rígida centralização do Estado, somente assim se estabelece a governabilidade. Esses conflitos institucionais e acontecimentos políticos indicam que se trava no seio do Estado um embate entre as forças golpistas para pôr um final feliz à Operação Lava Jato.

A questão tem importância na medida em que o governo golpista se afirma no poder e avança em seu objetivo de reorganizar as contas públicas em função dos interesses do capital financeiro e em detrimento da vida das massas. Os petistas continuam a limitar sua ação ao jogo parlamentar. Os sindicatos cutistas não se libertaram da política de conciliação de classes. Nota-se que os explorados estão desconfiados quanto aos propósitos do governo golpista. Há uma pré-disposição de luta contra a PEC 241, a reforma do ensino médio, a reforma previdenciária e trabalhista. Está ausente no seio dos explorados a política proletária de combater palmo a palmo o governo golpista. Sua estabilização se dará justamente com a imposição de sua política antinacional e antipopular, sem que enfrente uma dura resistência de massa e nacional da maioria oprimida.

A única forma de lhe fazer frente é colocando em pé um movimento nacional dos explorados, a partir de suas reivindicações e métodos próprios de luta, em oposição à linha de conciliação e negociação parlamentar.

2º Turno aprofunda retrocesso do PT, vantagem do PSDB e votação nula

O segundo turno das eleições municipais ressaltou as tendências presentes no primeiro turno. São elas:

1) O retrocesso nacional do PT. O partido deixou de ser a segunda legenda com mais prefeitos, com 684 em 2012, para o décimo lugar em 2016, com 254 prefeituras. Nas capitais e grandes cidades, caiu de 16 prefeituras em 2012 para apenas um prefeito, em Rio Branco, perdendo no segundo turno nas sete grandes cidades em que disputou. O maior desastre foi em Santo André, onde o PT obteve no segundo turno praticamente os mesmos 21% de votos obtidos no primeiro turno. Os maiores retrocessos do PT se concentraram nas regiões Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul e São Paulo se destacam pelo peso econômico e político), mas no Nordeste houve quedas importantes, como em Pernambuco, Bahia, Ceará e Sergipe.

2) O fortalecimento do PSDB. Foi o partido que mais elegeu prefeitos nas grandes cidades, saltando de 15 para 28 delas, e o maior número de eleitores, superando o PMDB. Cresceu no total de 695 para 803 prefeituras, colocando-se como segunda força nacional. É bom notar, porém, que esse crescimento de 108 prefeituras é bem menor que o retrocesso do PT, que foi de 384 a menos. Nota-se que a maioria dos partidos burgueses conseguiu eleger poucos prefeitos a mais que em 2012. Há que acrescentar na conta ainda o crescimento dos partidos que geralmente são legenda de aluguel: o evangélico PRB saltou de 80 para 105 prefeituras e governará o Rio de Janeiro; o desconhecido PHS de 16 passou para 37 prefeitos, mas ganhou em Belo Horizonte. A conclusão é que o retrocesso do PT só foi parcialmente capitalizado pelo PSDB.

3) O crescimento dos votos nulos. Nacionalmente, chamou a atenção o número de “não votos”, as abstenções, os brancos e os nulos, que superaram em muitas grandes cidades os votos dos vencedores. Os casos mais sintomáticos foram o do Rio de Janeiro e Porto Velho, onde quase a metade dos eleitores não votou. Mas o maior destaque, sem dúvida, foi o crescimento dos votos nulos, que saltaram da média de 5% para mais de 11%, ou seja, mais que dobraram. O que indica que boa parte dos eleitores, que esteve sob a forte pressão dos meios de comunicação, da operação Lava Jato, do impeachment, etc., se negou a votar no PT, mas não se colocou pelo voto nos partidos da base do governo golpista de Temer. Preferiu não votar em nenhum deles e anulou seu voto. Esse elemento tem uma série de fatores que o compõem, mas certamente há um deles que é progressivo, que é o fato de um número significativo de eleitores não ser arrastado pelo poder econômico para apoiar seus candidatos, numa situação de amplo controle eleitoral pelos partidos burgueses tradicionais.

4) O fracasso das esquerdas que sempre orbitaram o PT. O PSOL teve uma votação nacional menor que a de 2012. Esteve no segundo turno em duas capitais, com dois candidatos que não têm nada de esquerda, e perdeu as duas. No Rio de Janeiro, Freixo foi vencido por Crivella justamente nos bairros mais pobres e miseráveis. Chegou a vencer nos bairros mais nobres, como o tradicional e elitista Laranjeiras, Tijuca, Gávea, Botafogo, e mostrou, assim, que os explorados não estavam com

essa candidatura, pretexto de grande parte das correntes para darem seu apoio ao candidato que defendeu o fortalecimento da repressão e esteve ao lado dos sionistas contra os palestinos, não podendo jamais expressar uma candidatura progressista que estivesse ligada a um setor do proletariado em luta contra a burguesia. O PSTU teve um fracasso nacional que o reduziu a praticamente um terço do que já foi antes, e perdeu postos de destaque, como o cargo de Amanda Gurgel, hoje no MAIS. O PCO passou em branco mais uma vez. Todas as correntes que de alguma forma foram tributárias do reformismo petista, e almejavam avançar no terreno deixado pelo retrocesso petista, se deram mal nesse campo. Seus compromissos passados e presentes com o PT os arrastaram para o mesmo buraco.

Deslocamento das massas à direita?

Com o golpe institucional vitorioso, movido pela burguesia nacional e apoiado pelo imperialismo norte-americano contra o governo de Dilma, e agora com o resultado das eleições amplamente desfavorável ao PT e às esquerdas, com avanço significativo do PSDB, criou-se uma tese de que estaria havendo uma guinada das massas para a direita. Essa tese não se confirma.

Em primeiro lugar, porque não se pode concluir diretamente que as massas estão caminhando à esquerda ou à direita levando em conta apenas o resultado eleitoral. Em muitas situações, as massas estão tomando em suas mãos a resolução de seus próprios problemas com os métodos da luta de classes e os partidos de direita podem avançar nas eleições (exemplo: na cidade de São Paulo, em 1985, a classe operária estava avançando em uma greve unificada dos principais setores, e deu a vitória ao direitista Jânio Quadros). Em outros, os partidos de esquerda podem avançar em meio a uma situação de retrocesso da luta do proletariado (Lula venceu as eleições em meio a um refluxo operário). É possível, em determinadas circunstâncias, que as mobilizações se expressem deformadamente nas eleições. Nestes casos, é preciso estabelecer uma ligação entre para onde as massas estão seguindo e o que estão assinalando em seus votos.

Nestas eleições, o retrocesso do PT tem muito mais a ver com a situação de crise política e econômica, de grande pressão dos meios de comunicação, do impeachment contra o governo petista, da Operação Lava Jato, etc. do que qualquer outra coisa. Um setor da classe média, que foi arrastado pelo PT em outros momentos, se voltou contra ele e se deslocou para a influência do PSDB. Setores das camadas mais pobres da população foram convencidos de que existe um sinal de igual entre o PT e a corrupção, e de que a crise econômica é obra do governo Dilma. Mas há setores que se desiludiram do PT e não se voltaram ao apoio aos candidatos dos partidos burgueses, preferindo não votar ou votar contra todos eles. Além disso, é preciso considerar que o governo Temer tem baixíssima popularidade e evita aparições públicas por conta disso. Assim, não há um apoio popular aos pontos defendidos por esses partidos em relação às reformas da previdência, trabalhista, política e

O grande problema é a ausência de independência de classe

O número de votos que um partido revolucionário obtenha nas eleições não é uma questão chave. O decisivo é que quando atue no processo eleitoral, que é um campo próprio de disputa da burguesia, o faça com total independência de classe, defenda o programa da revolução proletária, denuncie a farsa da soberania popular inculcada pelos exploradores aos explorados, insista em que os explorados devem tomar a resolução de seus problemas pelas próprias mãos. A pouca inserção do POR entre as massas o impede de cumprir melhor essa tarefa nos momentos de disputa eleitoral, em que as massas ainda são arrastadas pelos seus algozes a votarem nos candidatos patronais e a constituírem assim os governos que encarnam a ditadura de classe dos exploradores.

As correntes de esquerda, que vão do reformismo ao centrismo, se inscrevem nas eleições para disputar os votos no

mesmo campo que o da burguesia: chamam a votar em seus candidatos sem jamais fazerem a defesa da revolução proletária, sem denunciar as eleições e para que assim possam realizar seus programas eleitorais, mais ou menos à esquerda, a partir do apoio que obtenham dos explorados. Os mais à esquerda buscam a unidade entre “as lutas e as urnas”, e cumprem o nefasto papel de desviar as massas da luta direta para a via eleitoral. Quando conseguem postos parlamentares, não os convertem em tribunas revolucionárias da luta das massas, mas apenas em mais um ponto de apoio para a conciliação de classes.

A situação tende a favorecer a construção do partido revolucionário, em meio ao desmanche do reformismo e seu retrocesso. É a afirmação de seu programa, fazendo-o se inserir na classe operária e dando expressão às suas tendências de luta que permitirá uma intervenção independente em todos os terrenos, dentre eles as eleições, quando for o caso.

Morenistas se perfilam por trás de Freixo

O segundo turno confirmou as tendências indicadas no primeiro turno: avanço eleitoral da direita, queda do PT e consolidação das abstenções e dos votos nulos e brancos. No entanto, toda a atenção da mídia monopolista, da burguesia e de seus agentes concentrou-se no Rio de Janeiro.

Os resultados não modificaram as tendências firmadas. Mas poderiam assinalar uma via de recomposição eleitoral da esquerda e a demonstração da possibilidade de romper com os entraves da reforma eleitoral reacionária. Fundamentalmente, poderiam indicar a via pela qual os explorados avançariam na sua independência dos partidos da ordem burguesa.

Essa via, porém, não se confirmou. Freixo não expressou a defesa da estratégia e dos métodos de luta dos explorados. Ele mesmo dissipou os temores da burguesia com a carta “Compromisso com o Rio”. Por outro lado, a esquerda revisionista demonstrou que não contam com um Lula, nem com um aparelho ou força própria capaz de superar os entraves eleitorais. Isto porque não se constituem como expressão de uma fração do proletariado capaz de romper com sua força social as cadeias antidemocráticas erguidas pela burguesia. O contingente da pequena burguesia democratizante não tem como substituir a classe operária no combate aos aparatos da democracia burguesa.

Está aí por que algumas correntes de esquerda revisionistas se submeteram às ilusões democráticas das camadas da classe média que aspiram governantes comprometidos com reformas que amenizem as opressões, as discriminações e que se propõem moralizar e melhorar o capitalismo.

Oportunismo democratizante

O MAIS apoiou Freixo sob a previsão de que sua vitória poderia projetar-se como um pivô para a conformação de um polo de reunificação da “esquerda brasileira”. A “Primavera Carioca” do MAIS não vingou. Mas sabemos com segurança que, caso Freixo vencesse Crivella, essa ilusão se dissiparia rapidamente. É o que indicou sua aproximação com setores



burgueses do Rio de Janeiro. Apesar da derrota, o expressivo apoio eleitoral no segundo turno a Freixo permitiu ao MAIS lembrar “das campanhas do PT”. Os 14 mil doadores individuais que aportaram 800 mil reais (R\$ 100 cada) demonstram, segundo os apoiadores do candidato do PSOL, que é “possível” realizar uma “campanha militante”, sem se afundar na corrupção dos partidos burgueses e do PT.

Sob a palavra de ordem de “Vote Freixo 50, mas não apoie a carta ‘Compromisso com o Rio’”, o PSTU decidiu pelo voto crítico. Isso apesar de os morenistas entenderem que Freixo não expressava uma candidatura classista e independente. Votaram no PSOL acreditando que sua vitória seria um “avanço” à independência de classe e de um governo de esquerda. Na vida política dos morenistas, esse é um argumento recorrente. Assim se comportou quase sempre diante do PT, principalmente quando a Frente Popular ainda não tinha passado pela prova da governabilidade.

Uma vez finalizado o segundo turno, o MRT justificou seu apoio a Freixo pelo fato de que o milhão de votos que obteve “são uma base para organizar a resistência”. Como se vê, os neo-morenistas igualam votos em Freixo como avanço à luta de classes. Em outras palavras: a queda eleitoral do PT refletiu a “passividade desse partido frente ao golpe”, enquanto que o milhão

de votos em Freixo “um grande espaço para organizar a luta contra os ataques do governo Temer”. A falsificação da relação direta entre democracia burguesa e luta de classes chega a seu extremo quando o MRT contabiliza que “as ocupações, greves e lutas em curso” resultaram nesse “milhão de votos”.

Submissão às ilusões democráticas das classes médias

Ninguém podia se surpreender com o caráter pró-burguês do programa do psolista Freixo. A carta “Compromisso com o Rio” apenas serviu para confirmar o que já se sabia. Não por acaso, veio à lembrança a célebre “Carta aos Brasileiros” de Lula. Guardadas as devidas proporções, Freixo reproduziu o gesto da “governabilidade” burguesa. Há recordações que devem permanecer para sempre. O PSTU apoiou Lula nas eleições de 2002, apesar deste evidenciar sem meias palavras seu compromisso com a governabilidade capitalista, com os interesses particulares dos credores da dívida pública e dos grupos que se apossaram das estatais.

O fundamental dessa Carta está em que Freixo comprometeu-se a montar um governo tecnocrático, dar prioridade à “melhoria dos serviços públicos”, garantir “o equilíbrio do orçamento municipal”, “respeitar os contratos em situação regular”, “investigar o que estiver sob suspeita” e “atuar de forma ética e equilibrada junto ao setor privado”. Trata-se, portanto, de um programa de moralização da política e das instituições e de reformas controladas e limitadas dentro do capitalismo.

Está aí por que apoiar Freixo implicou, querendo ou não, compartilhar das ilusões democráticas de camadas da classe média e de setores dos oprimidos sobre a possibilidade de reformar o Estado burguês e realizar mudanças progressivas no marco da democracia oligárquica. Essa conduta política explica porque o MAIS, o PSTU, o MRT e seus satélites tentaram

justificar o voto crítico como se fosse uma via para “desde dentro” esquerdizar e radicalizar as massas.

O PSTU dirá que Freixo teria de defender “mais verbas para a saúde, educação; estatização dos transportes coletivos; redução e congelamento das tarifas; passe-livre para estudantes e desempregados rumo à tarifa zero”. O que exigia “a suspensão do pagamento das dívidas; o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal; fim das privatizações e terceirizações dos serviços públicos; fim da privatização da saúde (...)”, etc. Enquanto que, para o MRT, se tratava de superar o programa de Freixo e erguer “um programa anticapitalista, confiando que os trabalhadores e jovens podem avançar nesta perspectiva e fazer desses votos uma força contra Crivella, Pezão e Temer”.

Quanta impostura democratizante, para se manter e se construir no seio da pequena-burguesia! Nisso reside a essência do “voto crítico” dos revisionistas.

Conclusão

É sintomático que nenhuma das correntes fez uma avaliação do significado da manutenção dos altos índices das abstenções, votos nulos e brancos no segundo turno. Na contabilidade dos morenistas, os votos em candidaturas de esquerdas têm maior importância, uma vez que estão condicionados pela estratégia da Frente de Esquerda e do Governo dos Trabalhadores.

Certamente, o fato de Freixo perder não permitirá à vanguarda que ainda está sob o controle da esquerda revisionista fazer a experiência com o “governo de esquerda”. Porém, a experiência com o PT já demonstrou a necessidade de combater a estratégia democrático-burguesa, contrapondo-se com as reivindicações dos explorados, com seus métodos próprios de luta e com a estratégia própria de poder. A tarefa colocada é a de ajudar às massas a superar os desvios democratizantes acobertados pela demagogia radical de esquerda.

Rondônia

2º Turno das eleições em PORTO VELHO

Confirma o grande número de abstenções, votos nulos e brancos

Em Porto Velho, o segundo turno expressou o descontentamento da maioria dos eleitores quanto às eleições. O número de votos e nulos e as abstenções foi superior ao número de eleitores que elegeu o prefeito. No 1º turno, Porto Velho compôs os dados das nove capitais do país em que o percentual de nulos, brancos e de não comparecimento às urnas foi superior aos primeiros colocados. No segundo turno, segue entre as dez capitais que apresentam as mesmas características.

A disputa neste 2º turno se deu entre Hildon Chaves/PSDB, que dos 148.673 votos válidos ficou com os 65,15% dos votos e Léo Moraes (PTB), obteve 34,85%, correspondente aos 79.534 dos votos válidos.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de abstenções foi alto nas eleições do segundo turno. Dos 319 mil eleitores, 74.741 se abstiveram, 4.771 votos brancos e 12.222 nulos, que resultaram em mais de 25% dos eleitores.

Logo no início da campanha do 2º turno, o candidato do

PSDB despontou e se manteve à frente do candidato do PTB. O candidato do PSDB manteve a coligação somente com PSDC. No discurso, dizia que não fazia parte da “velha política”. Léo Moraes, por sua vez, se apresentava como “filho de Porto Velho”. Manteve a coligação com PP, PRP, PROS, PPS, PSC e PTN. O governador Confúcio Moura/PMDB apoiou Léo Moraes.

O PT, diante dessas duas candidaturas, liberou a militância para votar em quem quisesse. O POR, tanto no 1º como no 2º turnos, se posicionou pelo voto nulo, em torno da bandeira de construção do partido operário revolucionário. O grande número de abstenção, votos nulos e brancos evidenciou o descontentamento dos explorados com os partidos burgueses. A política do POR se identificou com essa manifestação de descontentamento, mas o caráter embrionário do partido revolucionário impediu que esta manifestação fosse uma ação organizada e consciente dos explorados.

Greve da FASUBRA: entidades de base atropelam direção nacional

Segundo o último informe nacional (01/11), já são 39 entidades em greve, 13 entidades que não aprovaram greve e 5 com greve marcada para os dias seguintes. Diferentemente da greve anterior, a decisão da greve nacional da FASUBRA não foi a partir da discussão e deliberação em plenária nacional de delegados de base, mas de uma movimentação da direção nacional diante da deflagração de greves nas bases.

Pressionada pelas bases insatisfeitas diante dos ataques do governo Temer, como a PEC 241, a direção nacional da FASUBRA orientou uma rodada de assembleias nos sindicatos para discutir “sobre a possibilidade ou não de deflagração de greve por tempo *determinado*” a partir do dia 24 de outubro até o fim da tramitação da PEC no Senado. Tendo uma parcela significativa dos sindicatos decidido pela deflagração da greve, a direção nacional comunicou ao governo o início da greve e anunciou a instalação do comando nacional de greve.

Diante da possibilidade de perder o controle do movimento, a direção nacional se viu forçada a encaminhar uma greve atropelada. A que se deve esse ocorrido? Deve-se, por um lado, à insatisfação da categoria e à disposição de luta, influenciada também pela onda de ocupações estudantis, contra as medidas do governo Temer (PEC 241), e por outro lado à incapacidade da direção nacional da FASUBRA, junto com outras entidades do funcionalismo federal reunidas no FONASEFE, em construir a unidade, e em última instância ao fracasso das centrais sindicais em construírem a greve geral contra as medidas de alcance geral da política econômica do governo. Ao invés de organizarem as categorias pela base, a partir de construção de pautas, comitês, ações e assembleias unificadas, se limitaram a reuniões de cúpula que encaminhavam ações de conteúdo eleitoral e de pressão parlamentar, como caravanas à Brasília, idas à galerias da Câmara e atos em aeroportos para pressionar deputados, ou dias de paralisações e caminhadas (sequer isso conseguiam efetivamente, como foi a divisão entre os dias 22 e 29). O resultado é a explosão de movimentos isolados, de forma descoordenada, que em certa medida são uma pressão para outros setores irem para a luta, mas que não atingem todo o seu potencial devido ao travamento das direções.

Tendo dado o passo de entrar em greve contra a PEC 241, a FASUBRA já se depara com uma ameaça de corte de ponto vinda do STF, que restringe o direito de greve de todo o funcionalismo público e mostra um total alinhamento do judiciário com as medidas do governo Temer. Tal situação só aponta a necessidade de que essa luta, que se iniciou de forma descoordenada a partir da FASUBRA, se generalize com a vinda das outras categorias na construção de uma greve geral, unificada, que alcance inclusive a produção social (operários), afetando os interesses econômicos daqueles que serão os verdadeiros beneficiários da política econômica de Temer, os capitalistas.

Para isso, é preciso construir a unidade com os estudantes e demais categorias pela base, por meio da constituição de comitês locais, realização de ações e assembleias unifica-

das e a construção de uma pauta que unifique as categorias na luta contra as medidas do governo e pelas reivindicações gerais. É preciso também combinar as pautas mais gerais e políticas, como a de contra a PEC 241, junto com as reivindicações imediatas da categoria, de modo a generalizar a mobilização para aqueles que ainda não estão conscientes da luta contra as medidas do governo, mas que viriam pela sua pauta específica, fortalecendo, inevitavelmente, a luta geral contra o governo.

Em assembleia do dia 24/10, SINTEST-RN aprova greve por tempo indeterminado

Diante dos informes da quantidade significativa de sindicatos que deflagraram greve, o SINTEST-RN não poderia ficar de fora do movimento grevista da categoria. Apesar de não ter sido deliberada em plenária nacional, mas “empurrada” pelas bases, a greve nacional já era algo concreto. Diante desse fator de âmbito nacional, a CPE fez a defesa, nessa assembleia, de que o SINTEST-RN deflagrasse greve.

Quanto à entrada em greve, não houve tanta divergência. O eixo da discussão girou em torno de se a greve deveria ser por tempo determinado até o fim da tramitação da PEC, ou por tempo indeterminado. É claro que a proposta de tempo determinado não tem viabilidade prática, uma vez que a decisão de encerramento da greve terá que se dar inevitavelmente em assembleia. Porém, por trás dessa proposta há um claro conteúdo eleitoral, de uma greve de pressão parlamentar, e era isso que estava em disputa e não poderia ser aprovado.

A defesa da proposta de tempo determinado coube ao PSTU, que no momento não esclareceu o motivo de ser por tempo determinado, mas que na assembleia do dia 20/10 deixou claro de que se tratava de uma “pressão parlamentar”. A CPE se contrapôs com a proposta de tempo indeterminado, argumentando que o movimento não podia se limitar ao calendário do parlamento, que é uma instituição burguesa e decide em prol dos interesses da burguesia; que o que deve ser critério para definir o momento certo de começar e encerrar a greve é o estado de ânimo da base diante dos ataques do governo e da luta pela conquista de suas reivindicações; que uma greve por tempo determinado já é uma greve derrotada, porque, com essa política de conciliação, o fim da tramitação da PEC no Senado é, na prática, a sua aprovação. Destaque para um militante do MAIS que também fez a defesa da greve por tempo indeterminado, contrariando a orientação nacional de seu partido de ser por tempo determinado, e dizendo que nunca houve na história da FASUBRA uma greve desse tipo e, se essa proposta fosse aprovada, seria um retrocesso.

Por fim, o SINTEST-RN aprovou a greve por tempo indeterminado, diferenciando-se da orientação da direção nacional de discutir “sobre a possibilidade ou não de deflagração de greve por tempo *determinado*”.

Eleição DCE-USP

Chapa Ocupa K e L se opõe às direções que bloquearam o movimento

Reproduzimos abaixo trecho do manifesto da chapa OCUPA K e L, formada pelo POR e independentes (maioria moradores do Crusp) para as eleições do DCE deste ano:

“Nossa chapa é expressão da principal contradição presente no movimento estudantil na USP em 2016: a oposição flagrante entre as tendências de luta dos estudantes (demonstrada em várias unidades, mas concentrada nos moradores do Crusp) e as direções do DCE, as dos CAs e a majoritária da Amorcrusp (PT, PSOL, PSTU, MNN, MRT, Enfrentamento). Essa oposição se mostrou graficamente nas maiores assembleias gerais estudantis da greve, em que se viu nas votações da proposta de ocupação dos blocos K e L (para torná-los moradia novamente) a divisão entre as correntes que es-

tão à frente das nossas organizações, de um lado, e os estudantes independentes (principalmente moradores do Crusp), e a Corrente Proletária Estudantil (POR), de outro. Justamente no momento em que a greve estava em seu ponto alto, foi golpeada pela conduta das direções, fato que afetou também o movimento dos funcionários. Nossa chapa se inscreve na disputa ao DCE para se opor às atuais direções, que provaram pelo critério decisivo da prática não servirem para impulsionar a mobilização geral contra a reitoria/governo, tão necessária hoje para defender a USP pública e gratuita.”

Sinpeem

Mais um congresso festivo e distracionista, mas sob o gangsterismo da burocracia sindical

O vigésimo sétimo congresso do Sinpeem realizou-se entre os dias 18 e 21 de outubro. Prevaleceu o formato distracionista dos congressos anteriores. Dos quatro dias, apenas uma manhã e uma tarde foram destinadas à realização de plenárias, onde se discutem e deliberam a linha de intervenção e as resoluções do sindicato. Nos demais momentos, foram para os shows, atividades culturais e palestras.

A “novidade” deste ano foi o reforço da violência contra uma parcela de delegados. Uma manifestação legítima de mulheres foi respondida por meio da ação dos seguranças (bate-paus a mando da direção sindical). E isso tudo em um momento que exigia (e exige) a máxima unidade na luta contra a torrente de ataques que despenca sobre a cabeça dos explorados.

A Corrente Proletária na Educação agiu, desde a eleição de delegados nas escolas, politizando o debate e denunciando o tipo de congresso. Inscreveu suas emendas ao “texto-referência” (que é, na verdade, a tese da direção majoritária disfarçada de “acúmulo dos trabalhadores”). Atuou no congresso com um manifesto e com sua tese. Pôde intervir na plenária que aprovou o regimento. Mesmo não podendo apresentar todos os seus destaques, interveio exigindo a eliminação do “texto-referência” e propondo que cada corrente pudesse defender livremente suas teses. E pela substituição da estrutura distracionista do congresso por grupos de trabalho e plenárias deliberativas. Denunciou o alto custo do congresso, exigindo a prestação das contas. Embora aprovada, virou letra-morta.

O clima geral foi tenso, mais do que de costume. Afinal, o presidente do sindicato (Cláudio Fonseca/PPS) tinha acabado de se eleger vereador numa aliança com o candidato a prefeito do PSDB, João Dória. Há uma prática de Cláudio Fonseca de não se afastar da direção do sindicato, mesmo ocupando o cargo de vereador. Agora assume a vereança ao lado do prefeito que tem como padrinho o truculento Geraldo Alckmin. Havia também a lembrança, menos fresca na memória, de que o partido do Cláudio apoiou o golpe contra Dilma Rousseff. O problema da independência do sindicato em relação ao governo e à classe dominante estava colocado de forma evidente. Daí as manifestações de revolta de alguns delegados.

Cláudio Fonseca, que usa de chacotas contra membros das correntes oposicionistas, precisou acionar os seguranças do con-

gresso para impedir a manifestação de mulheres. Percebendo que uma parte significativa dos delegados condenou sua atitude, no dia seguinte trouxe uma folha com uma proposta de plano de lutas. Procurou acobertar sua face autoritária e posar de “combativo”.

O Plano de Lutas era um amontoado de reivindicações sem um eixo claro contra as reformas do governo golpista de Temer e contra as propostas anunciadas pelo novo prefeito. O que exigiu intervenções dos delegados oposicionistas, que foram desde as reivindicações ao método de luta.

A Corrente Proletária interveio em favor do ensino gratuito em todos os níveis, combatendo a velha formulação de coexistência do ensino público com o privado. Defendeu a paralisação e a unidade com o funcionalismo no dia 11 de novembro e a convocação de assembleia. Mas, o burocrata sindical as rejeitou. A Corrente também se colocou contra a reivindicação de “prisão dos corruptos e corruptores”, defendendo o princípio da independência de classe, de que só os trabalhadores podem julgar e punir os políticos da burguesia por seus crimes (Tribunais Populares). Por fim, se posicionou pelo não pagamento da gigantesca dívida pública.

Após a discussão do Plano de Luta, novamente um grupo de mulheres se dirigiu à mesa para defender uma moção. A negativa da mesa, com a truculência já conhecida, gerou a revolta de uma parcela de delegados, que chegou a subir no palco. A conduta de Cláudio Fonseca foi a de ordenar aos seguranças que “retirassem” as mulheres. Com isso, instaurou-se o caos, muito empurra-empurra e gritaria. A Corrente Proletária divulgou uma nota sobre a repressão às mulheres, condenando a conduta da burocracia e defendendo a democracia sindical. Ou seja, o direito de manifestação do grupo de mulheres, embora suas reivindicações estivessem em oposição à concepção defendida pela Corrente Proletária, que tem como essência de que toda opressão social é de classe.

Os setores de Oposição atuaram de forma organizada, realizando uma reunião de emergência e elaborando uma nota de repúdio à conduta da burocracia. Encabeçaram uma atividade contra as reformas burguesas durante o congresso. Houve um boletim e faixas unitárias. Essa intervenção da oposição foi um passo importante no sentido de estruturar um movimento oposicionista classista e de luta. Aprovou-se uma plenária de avaliação do congresso, objetivando a sua constituição efetiva.

Eleições da Amorcrusp: Resposta à “Sem Canalha”

Há alguns dias, a chapa “Sem Canalha” (que participa das eleições para a Amorcrusp) publicou um boletim intitulado: “Quem é a Chapa ‘sem Canalha’”. Nesse texto, a chapa Poder Estudantil foi citada. Eis: “O problema da “Poder Estudantil” não é nem de honestidade, muito menos de falta de compromisso. Confiamos neles e sabemos que podemos contar quando precisamos. O grande problema deles é que sua rejeição é alta, já que grande parte dos cruspianos considera que eles estejam mais preocupados com o horizonte da luta pela revolução socialista do que com as questões emergenciais atuais. O que não deixa de ser verdade, já que eles acreditam que garantias só haverá depois da revolução e nós acreditamos que garantia não há nunca, a não ser a que vem da nossa própria luta, por mais restrita que seja ou que pareça ser, seja antes, seja depois de qualquer revolução”. O texto é contraditório em si mesmo. Reconhece que se pode confiar na Poder Estudantil e se pode contar com ela nas lutas imediatas, e, ao mesmo tempo, a acusa de deixar os problemas imediatos para serem resolvidos pela revolução. Ainda assim, julgamos necessário respondê-lo.

Em primeiro lugar, é preciso fazer a devida distinção entre a “Poder Estudantil” e o POR. A chapa é uma frente, composta majoritariamente por independentes e pelo Partido Operário Revolucionário. Expressa a continuidade da fração minoritária da atual gestão da AMORCRUSP. Não há uma identidade entre essa frente e o POR. O que há é a confluência entre o programa defendido pelos militantes do POR e as reivindicações e métodos defendidos pelos demais integrantes da “Poder Estudantil”. Confluência essa que se manifesta concretamente no movimento. Muito embora não haja essa precisão na crítica apresentada pela chapa “Sem Canalha”, imaginamos que ela esteja destinada ao POR. Por isso nos preocupamos em fazer a distinção, porque responderemos enquanto POR.

Sim, o POR defende a Revolução

O POR é um partido que tem por estratégia a defesa da **Revolução Proletária**, que se dará pelo método **insurrecional**. Esse processo da tomada do poder da burguesia será dirigido pelo programa da classe operária, e será obra da maioria explorada e oprimida. Uma vez instaurada a **ditadura do proletariado**, se romperá um elo do capitalismo e se abrirá uma via para a transição ao **socialismo**. Essa transição, pela sua forma, se dará nos marcos nacionais, mas se concluirá internacionalmente. Através da **expropriação, sem indenização**, dos grandes meios de produção da burguesia e se passará o controle e a distribuição da produção para as mãos da classe operária e demais oprimidos, ou seja, para a maioria. A revolução proletária está determinada pelas contradições internas ao próprio modo de produção capitalista. O choque entre o **alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção** é a base material para a superação do capitalismo. Assim, as condições objetivas para a transição já estão dadas, no entanto, padecemos da **crise de direção**, manifestada especialmente pelo fim da III Internacional, pelas mãos de Stálin, e pela destruição da IV Internacional, pelas forças revisionistas. **Sim, o POR defende a Revolução, por entender que essa é a única via de libertação da humanidade de todas as formas de exploração e opressão. Ou a Revolução, ou a Barbárie. Que viva a Revolução!**

Mas, “o que é” e “como é” defender a Revolução no dia a dia?

A afirmação da chapa “Sem Canalha” de que “estejam mais preocupados com o horizonte da luta pela revolução socialista do que com as questões emergenciais atuais” é falsa. Não passa de reprodução das falsificações

que disseminam as correntes de esquerda pequeno burguesas, com o objetivo de desfigurar os comunistas. A verdade é que não existe o “estar mais preocupado com a revolução” e “menos com os problemas imediatos”. O “imediato” e a revolução conformam uma unidade, na medida em que a revolução é produto da luta pelas reivindicações mais elementares das massas, vinculada à luta pelo poder da maioria. E, por sua vez, o “imediato” é a materialização da necessidade da revolução. Por isso, não se dissociam as partes. Ademais, a conquista das reivindicações mais elementares dependem da sua vinculação com as questões gerais. Por isso, a luta exclusiva pelas questões “imediatas” não tem como florescer. Quem persiste em sua defesa o faz sob um oportunismo eleitoral. E, para esconder esses interesses particulares, sai em ataque aos comunistas que demonstram e denunciam a inviabilidade de tal política, reformista. Estear pura e simplesmente a bandeira da revolução não fará com que ela se materialize. O POR tem essa consciência e, por tê-la, não age dessa forma.

A chapa “Sem Canalha” é composta por cinco membros, mas certamente quem orienta sua política é Leandro Paixão. Paixão é parte do movimento, como ele próprio afirma, e é verdade. Ocorre que Paixão já foi militante do PSTU. Há um tempo rompeu e não sabemos se por divergência programática. Ocorre que, tendo ou não rompido, Paixão reproduz a política do PSTU, uma corrente revisionista do marxismo, cuja prática nega a revolução e com ela a luta real pelas reivindicações mais elementares. Basta ver os bloqueios que o PSTU exerceu no interior do movimento estudantil da USP. Essa negativa condiz com a disputa nas eleições burguesas, de modo a constituir um governo dos trabalhadores. A trajetória do PT é prova material do quanto essa estratégia está fadada ao fracasso.

Para o POR, todo movimento de massas tem como ponto de partida a luta pelas reivindicações mais sensíveis: emprego, salário, moradia, saúde etc. No desenvolvimento dessa luta, as massas perceberão que a burguesia não é capaz de atender o mínimo para a sobrevivência de todos. Desta maneira, perceberão por experiência própria a necessidade de destruir a burguesia e seu instrumento de dominação, o Estado burguês. A retirada da burguesia do poder do Estado não implica num imediato fim das classes sociais. Sua persistência, demanda a existência de um novo Estado, que expresse as organizações próprias dos explorados, criadas em sua luta cotidiana, e que expresse os interesses da maioria, e não mais da minoria privilegiada. Por isso, a necessidade da **ditadura do proletariado**, que, nos países semicoloniais como o Brasil, assumirá a forma de um **governo operário e camponês**. Esse Estado só existirá na medida em que se imponha a resistência à contrarrevolução e tenderá a se extinguir, na medida em que as sucessivas vitórias da revolução implicarão no fim das classes sociais e no fim da necessidade do próprio Estado.

O que é ter uma política revolucionária na universidade?

Na universidade, essa luta se dá concretamente por erguer as reivindicações vinculadas à permanência estudantil (moradia, creche, bandeirão etc.) e as condições de estudo (contratação de professores, funcionários etc.). A luta por essas reivindicações necessariamente se chocará com a burocracia universitária, que é a interventora do Estado no interior na universidade. Assim, na atual fase de intensa retirada de direitos, a conquista dessas reivindicações depende da luta contra o reitorado. Por um governo da maioria, o **Governo Tripartite**. Essa é a lição das últimas greves. **Encerrar a luta nas reivindicações especí-**

ficas, sem vinculá-las à luta contra a reitoria, é fincar pé numa luta fadada ao isolamento. É precisamente isso o que o POR vem dizendo insistentemente. O POR nunca se negou a lutar pelas reivindicações “imediatas”. Somente um cego não viu o quanto o POR lutou pela ocupação da SAS, pelas creches, pela ocupação dos blocos K e L, pela contratação de professor, contra a demissão dos funcionários. Somente um cego não vê ou é um daqueles que se finge de cego.

Que garantias há na fase de decomposição do capitalismo?

A chapa “*Sem Canalha*” afirma que “*acreditam que garantias só haverá depois da revolução*”. A que se refere a “*Sem Canalha*” com essa afirmação? Talvez, o mais provável, seja induzir o leitor às consequências dela. Pois, se “*garantias só haverá após a revolução*”, então porque lutar hoje se a conquista está no futuro? Assim, a chapa “*Sem Canalha*” induz os moradores a pensarem que o POR só lutará por moradia e as condições de permanência após a revolução. Enquanto isso, esperaríamos sentados. Mais uma falsificação. O POR nunca teve essa postura. Dedicamo-nos à greve, às ocupações, às manifestações de rua com todas as forças de que dispomos.

O que a “*Sem Canalha*” faz, assim como todas as demais correntes revisionistas, é distorcer a caracterização fundamental da atual fase do capitalismo. Os comunistas a caracterizam como a fase de decomposição, a última fase do capitalismo, e por isso, de transição ao socialismo. Uma de suas características é a maior redução das condições de vida das massas e a impossibilidade de realizar reformas duradouras. Uma das consequências é a imensa dificuldade de alcançar as reivindicações em sua plenitude. E, quando se tem conquistas, o capitalismo a seguir as destrói. Basta ver o movimento multitudinário em 2013, pela redução da tarifa. Milhões foram às ruas e evitaram o aumento, mas, passados três anos, a tarifa reajustou duas vezes, com índices muito acima da inflação. Esse é apenas um aspecto de um quadro de barbárie: guerras, fome, imigrações em massa, desemprego em massa etc. O que o POR afirmou e reafirma é que a *libertação da humanidade do jugo capitalista será obra da revolução proletária*. Um sistema apodrecido não pode libertar aqueles que explora. Esta é uma realidade que nos bate a cara.

Se o problema é “*garantia*”, está mais do que assegurado que sem um movimento de resistência do CRUSP aos ataques da reitoria, a moradia estudantil será destruída. A “*Sem Canalha*” tem de desprender menos energia com retórica - procurando distorcer o programa do POR e confundir os moradores - e passar a **FAZER O QUE TANTO SE PROMETE**. Aqui está a luta real. *Como defender o CRUSP da reitoria?* O resto é palavreado vazio.

Como defender o CRUSP da reitoria?

Essa é a pergunta que a “*Sem Canalha*” tem de responder. Assim como todas as demais chapas que se propõem a ser direção da Amorcrusp. O CRUSP tem um inimigo principal, a reitoria. Seus braços de extensão (SAS, vigilantes etc), servem à política de perseguição, repressão e elitização da universidade. O CRUSP está sendo sistematicamente destruído pela reitoria: falta de internet, lavanderias em mal funcionamento, agressão, falta de manutenção mínima, limpeza irregular etc. *Defender o CRUSP significa se opor a reitoria que a destrói*.

Não existe separação das questões gerais das questões específicas. Porque lutar pelas questões mais elementares do CRUSP depende de cobrar da reitoria. E, para isso, é preciso de um movimento forte, asentado na mais ampla democracia estudantil, e unificar o movimen-

to do CRUSP com os demais setores da universidade. A permanência estudantil não é um problema somente do CRUSP. É uma bandeira que deve ser assumida pelo conjunto do movimento da universidade. A conquista das reivindicações mais elementares do CRUSP se liga com os demais movimentos. O isolamento nos enfraquece e por isso deve ser rechaçado.

A separação entre “*gerais*” e “*específicas*” como propõe a “*Sem Canalha*” só tem uma utilidade, fortalecer a reitoria. De um lado, ficaram os “*síndicos*” cuidando supostamente cuidando daquilo que intitulam “*as especificidades do CRUSP*”. Na prática, será um trabalho mal e porcammente realizado, porque o problema do CRUSP é estrutural, que depende inevitavelmente da reitoria para ser sanado. De outro, ficarão os “*da luta geral*”, mancos por uma gestão fragmentada.

A Amorcrusp é um instrumento de luta dos moradores. E a luta é contra a reitoria, e mais do que isso, é contra o reitorado. Ou se assume esse fato - já longamente demonstrado pelo movimento dos últimos anos - ou se instituirá uma direção que travará a luta, como foi a gestão majoritária “*Independente e de luta*”. Certamente a chapa “*Sem Canalha*” não é igual à “*Independente e de Luta*”. Mas, se mantiverem essa separação destrutiva entre “*geral*” e “*específico*” essa diferença será tão somente quantitativa. Na prática, só há dois caminhos: ou se enfrenta a reitoria e sua política de destruição do CRUSP, ou se contribui com a reitoria, direta ou indiretamente. Essa separação, como propõe a “*Sem Canalha*”, acaba favorecendo a reitoria.

Constituir uma direção revolucionária na Amorcrusp

O movimento de 2016 na USP e, em particular no CRUSP, foi muito intenso. Quem esteve no seio dessa luta viu e viveu junto a inúmeros estudantes que dedicaram parte de suas vidas a uma causa comum. Enfrentaram o descaso e a conivência às agressões por parte da burocracia. Enfrentaram o isolamento imposto pela maioria das correntes e coletivos. Enfrentaram o embocamento das correntes reformistas e centristas (PSOL, PSTU, PT, MRT, MNN e Enfrentamento) contra a ocupação dos blocos K e L. Resistiram e enfrentaram a repressão policial dentro do CRUSP. Um movimento vivo porque foi sustentado pelo esforço e energia de muitos, que de maneira sincera lutaram por uma reivindicação justa: estudar.

Essa força arrefeceu um pouco. Alguns se encontram desanimados. Afastaram-se do movimento. Sentiram-se abalados pela derrota. Esse sentimento é compreensível. É a tristeza dos lutadores, por ter de carregar um fardo pesado demais, que é vencer as direções traidoras. A greve na USP em 2016 não foi derrotada somente pela reitoria. Foi derrotada pelas correntes reformistas e centristas. Foi derrotada pelas direções burocráticas e conciliadoras, que desavergonhadamente se negaram à luta.

Aqui está a necessidade de se constituir uma direção revolucionária. Enquanto estivermos sob essas direções, seremos derrotados. Não porque erramos nesse ou naquele ponto, mas porque não conseguimos transpor a barreira das direções conciliadoras. Os erros e acertos, quando vistos de maneira crítica e autocrítica, servirão para melhor nos preparar para um novo combate, mas a ausência de uma direção revolucionária nos é um limitador. A tristeza e o desânimo para a luta também são fruto da incompreensão da causa da derrota. Se não se entende a crise de direção se fraqueja ou se partirá para ações inconsequentes, descoladas da ação coletiva.

O POR batalha para combater a crise de direção e chama aos lutadores para se somarem a essa luta. Uma luta persistente e paciente por guer uma *direção revolucionária*.

Nesta edição:

- Bolívia: Encontro nacional de organizações operárias, indígenas, comitês cívicos, juntas vizinhas independentes
- Venezuela: Novos sintomas da desagregação política
- EUA: A degeneração na política expressa o esgotamento do capitalismo

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Encontro nacional de organizações operárias, indígenas, comitês cívicos, juntas vizinhas independentes

Quarta-feira 12 de outubro

Multifuncional de El Alto (Ceja)

AOS OPERÁRIOS, CAMPONESES, SINDICATOS, PROFISSIONAIS, JOVENS E EXPLORADOS EM GERAL AGRUPADOS NAS SUAS RESPECTIVAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, SINDICAIS, POPULARES, COMITÊS CÍVICOS E JUNTAS VIZINHAIS, MANIFESTAMOS O SEGUINTE:

Os explorados do país não temos nenhuma relação com a direita tradicional, com os políticos que estiveram a serviço das multinacionais, como Tuto Quiroga, Doria Medina, Costas, Solbo, Demócratas, etc., que hoje assim como no passado querem se aproveitar da nossa luta contra a corrupção do MAS.

Reunimo-nos e organizamos desde as bases e de modo independente para esmagar a política entreguista e anti-operária de Evo Morales, porque age do mesmo modo que a direita tradicional está a serviço das multinacionais e do imperialismo.

Os explorados e todos os oprimidos do país não temos nenhum motivo para defender a *Constituição Política do Estado* Plurinacional, nem a democracia dos ricos e corruptos, porque são instrumentos de opressão das classes dominantes e do imperialismo sobre os oprimidos.

Rechamos a farsa da democracia burguesa que nos usa como escada para beneficiar políticos ambiciosos que se enriquecem às custas do povo. A democracia burguesa é democracia dos ricos e não dos pobres.

A atual CPE legaliza o latifúndio e a grande propriedade privada dos burgueses sobre os meios de produção e exploração dos despossuídos para enriquecer ainda mais os capitalistas às custas da fome da maioria nacional.

O povo boliviano já esgotou a experiência de viver sob a estafa do mal chamado “processo de mudança”. O governo do MAS fracassou. Bolívia continua sendo uma colônia do imperialismo, um país capitalista atrasado de economia combinada onde sobrevivem a miséria e a ignorância generalizada. O governo do MAS – desde o momento que assumiu a administração do estado, proclamou seu respeito às multinacionais, às que chama de “sócias”, e sua subordinação aos interesses dos latifundiários, banqueiros e empresários nativos – concluiu reproduzindo as condições históricas que provocam a opressão nacional e o atraso do país.

Programaticamente nos unimos e organizamos proclamando:

- Contra os políticos e contra Evo Morales e o MAS, por ser a nova direita que entrega os recursos naturais do povo boliviano às multinacionais, aprovam leis privatizadoras e antinacionais como a lei de mineração, de investimentos, de concessões e decretos supremos, etc.
- O governo de Evo Morales não é nosso governo. É um governo do imperialismo, das multinacionais, dos ricos e dos corruptos.
- Evo Morales, assim como os direitistas tradicionais, ratifica a opressão dos nossos povos indígenas originários, negando-lhes o direito ao seu território e ao seu autogoverno.

- Evo Morales, assim como todos os direitistas, não expulsou as multinacionais. Pelo contrário, se converteu em sócio delas e lhes garantiu novos contratos para que se enriqueçam às custas da maior miséria e exploração dos bolivianos.
- Não à democracia dos ricos que defendem os massistas, a direita tradicional e a esquerda traidora e reformista.
- Nestes mais de trinta anos de democracia burguesa, não se eliminaram o desemprego, o atraso nem a miséria. Somente serviu para que os oportunistas se enriquecessem assaltando e roubando o dinheiro dos bolivianos.
- Insurgimo-nos contra o capitalismo baseado na exploração, opressão nacional, discriminação social, política, contra a mulher e seus direitos porque é um sistema que para existir precisa da exploração extrativista em escala planetária. A exploração das comunidades e a depredação da natureza para benefício das multinacionais servem para perpetuar o sistema de dominação estatal autoritário que obedeça ao imperialismo.
- Proclamamos a independência e autonomia dos povos originários, a independência política do movimento operário, indígena camponês e popular em relação à burguesia e todos seus governos de turno.
- Contra a política fascista de Evo Morales que penaliza e criminaliza as organizações sindicais independentes e a manifestação social.
- Contra a política de Evo Morales que, assim como as ditaduras do passado, para defender o regime capitalista, acentua seus traços fascistas eliminando a livre expressão política, intelectual, artística e cultural.
- Contra a destruição da qualidade do serviço de saúde dos bolivianos e dos povos originários. A saúde na Bolívia continua sendo um privilégio de quem pode pagar altos custos pela atenção médica privada e os remédios. Não existe um sistema de saúde universal, público e gratuito organizado e financiado pelo Estado.
- Contra a política de livre mercado e contrabando que destrói a produção nacional de nossas indústrias e a produção dos pequenos camponeses.
- Contra o desperdício e mal-uso do dinheiro dos bolivianos que foi e é mal gasto comprando aviões, carros, mansões de luxo, corrompendo dirigentes oficialistas, obras fantasmas, propinas e campanhas milionárias.
- Contra a Lei de Educação do MAS que destrói a qualidade da

educação, reduzindo o orçamento desse setor e aplica a retrógrada e anticientífica Lei 070 ao mesmo tempo em que mantém os princípios da reforma educacional neoliberal que objetiva livrar o Estado da obrigação de sustentar a educação pública, estatal e gratuita.

- Por um congresso educativo nacional que anule a retrógrada e anticientífica lei 070.
- Contra toda política que propicie a destruição da Universidade estatal, pública e autônoma para fomentar o ensino superior privado e esmagar orçamentariamente as universidades públicas.
- Contra a lei 319 de estímulo aos investimentos das multinacionais, que confisca 12% dos recursos oriundos do IDH das universidades, prefeituras e governos em prejuízo dos bairros, da educação e do desenvolvimento regional.
- Pelo não pagamento da dívida externa que hoje atinge 22 bilhões de dólares. Que essa dívida seja paga pelos ricos e corruptos.
- Pela criação de postos de trabalho estáveis para todos os desempregados.
- Por um salário de acordo com o custo de vida e pela escala móvel de salários.
- Por uma aposentadoria completamente custeada pelos patrões e o estado. A gestão da previdência deve ser feita pelos trabalhadores mediante o controle operário coletivo.

Todos os governos que defendem as multinacionais, o imperialismo e a grande propriedade privada dos capitalistas, à margem de sua cor, raça ou origem, inevitavelmente acabaram governando para os ricos contra os operários, camponeses, nações originárias, pobres e oprimidos do país. Publicamente, afirmamos que o motivo em última instância que fez com que Evo Morales seja um presidente que cuida dos lucros das multinacionais e o imperialismo é o de ter-se declarado sócio e defensor da grande propriedade privada capitalista e, por esse motivo, não será capaz de materializar a emancipação nacional nem a industrialização do país.

Somente os operários, os camponeses, as nações originárias, os ayllus, as mulheres, os profissionais, a classe média empobrecida, os universitários, os explorados em geral que não temos vínculos com as multinacionais, nem com o capitalismo, nem com a democracia dos ricos, podemos superar o sistema capitalista, que provoca o nosso atraso e miséria, e conseguir por essa via, a verdadeira emancipação nacional, expulsar o

imperialismo e materializar o desenvolvimento pleno da indústria e a agropecuária do país. Com esse objetivo lutamos pelo seguinte:

PLATAFORMA DE LUTA

1. Por uma verdadeira nacionalização sem indenização de todos os recursos naturais da economia em seu conjunto.
2. Por um governo de operários, indígenas, camponeses, profissionais, classe média empobrecida e de todos os explorados que, sobre a base de recuperar como propriedade social e comunitária os recursos naturais do país e os meios de produção das mãos dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros possam constituir as bases de um novo governo capaz de impulsionar o desenvolvimento integral da economia do país.
3. Pela recuperação das terras e o território dos nossos povos e nações originárias e com direito ao seu próprio governo e autodeterminação.
4. Pela preservação e conservação das áreas protegidas e recursos naturais do povo boliviano.
5. Pela expulsão das multinacionais e o imperialismo sem indenização alguma.
6. Pela criação de fontes de emprego estáveis com salários de acordo com o custo de vida.
7. Por uma política protecionista que cuide e incentive a indústria nacional e fortaleça a produção agropecuária do campesinato e pequeno proprietário.
8. Por anular todas as leis antinacionais, entreguistas e pró-patronais aprovadas arbitrariamente pela nova direita do MAS como a Lei mineira, a lei de investimentos, de empresas públicas e do imposto sobre os salários, etc.
9. Por uma verdadeira independência política, sindical e orgânica dos trabalhadores, camponeses e todas as organizações sociais em relação aos capitalistas e todos os governos de turno.
10. Pela expulsão de nossas organizações de base de todos os dirigentes vendidos e corruptos alinhados com o governo.

Publicamente proclamamos que nas ruas, mobilizados e mediante a revolução esmagaremos a nova direita que é o MAS, a direita tradicional e instauraremos nosso próprio governo de operários e camponeses.

La Paz, outubro de 2016

(Extraído do Jornal Massas, nº 2468, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Aumenta e se espalha a pobreza

De acordo com o estudo da CEPA¹(Centro de Economia Política Argentina), a pobreza já alcança os 33,91%.

Esta violenta queda das condições de vida, “produto do aumento dos preços e a perda de empregos foi mais acentuada na Grande Buenos Aires, onde alcançou 33,31% da população. Ali, a quantidade de pobres chega a quase cinco milhões de pessoas”.

O cálculo da pobreza inclui os que não conseguem a cesta básica total (\$ 11.690,00 para uma família típica). Essa cesta básica não cobre questões básicas indispensáveis. A cesta básica deveria ser mais de \$ 20.000,00 (vinte mil pesos argentinos). E é abaixo desse nível que deveria mensurar-se a pobreza. A maioria dos trabalhadores está longe de ganhar esse mínimo.

O salário mínimo oficial hoje é de \$ 6.810,00. Os reajustes salariais decorrentes dos acordos dos trabalhadores registrados permitiram-lhes recuperar uma parte do poder aquisitivo perdido nos primeiros meses do novo governo, mas, em nenhum caso conseguiu emparelhar com a

inflação descontrolada desde dezembro. A projeção da inflação anual supera 45% e a maioria dos acordos ficaram em torno de 30%, o que provocou uma monumental redução do poder aquisitivo.

O nível de pobreza já era elevado sob o governo kirchnerista e se agravou violentamente devido às medidas do novo governo. Nem com elevadas taxas de crescimento da economia, nem com sua “distribuição de renda” puderam eliminar a pobreza e o trabalho precarizado. O que mostra que sob o capitalismo não se podem resolver as questões mais importantes que afetam a maioria da população e tendem a deteriorar cada vez mais suas condições de existência.

Os trabalhadores organizados têm uma ferramenta para lutar contra a pobreza impondo reajustes salariais que, no mínimo, repõem as perdas da inflação, desde que seus dirigentes não entreguem aos patrões e ao governo a perda salarial. Mas há setores que sequer têm sindicatos. A aglomeração popular, na Praça de Maio, provocada pela distribuição de 10 toneladas de maçãs e peras que os chacareiros

1 CEPA: Composto majoritariamente por profissionais da FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais).

de Neuquén e Rio Negro realizaram como protesto, e o aumento dos refeitórios populares, dão uma ideia do nível que a pobreza atingiu.

Os pequenos produtores rurais denunciam que o preço do quilo de fruta é de \$ 2,50 e \$3,0, enquanto nos supermercados se vendem a mais de 40/50 pesos, não só em Buenos Aires, mas também nos lugares onde se produzem, em que são vendidos a 20 pesos. Esta situação, como a que aconteceu com o óleo e a manteiga, e todos os produtos, obriga a refletir sobre a necessidade de garantir que todos os alimentos cheguem aos consumidores mediante centros de abastecimento que devem ser montados como alternativa às grandes redes de supermercados espalhadas por todo o país para concentrar a distribuição, impondo preços extraordinários sobre os produtos e eliminando aqueles produtos e produtores que não se subordinam a suas orientações. Não devemos nos resignar perante a prepotência dos saqueadores ou à impotência dos covardes. É necessário lutar para acabar com esta situação.

O direito a comer o necessário deve estar acima da fome de lucro de um grupinho de desgraçados. O novo governo é favorável, pelo contrário, a liberar todos os preços, à vontade do capitalista. E o governo anterior apenas havia colocado alguns controles e ajudas para conter os preços, mas fracassou estrepitosamente na contenção da inflação.

A Argentina é um país que tem riquezas extraordinárias, com capacidade para produzir tudo que precisa para alimentar sua população, para vestir, fornecer moradias, saúde, educação e trabalho para todos. Mas o país está nas mãos de uns poucos empresários e financistas que se apropriaram de tudo e querem mais a cada dia, sem lhes importar a fome e miséria que provocam. O grande problema é que os principais meios de produção estão nas mãos das multinacionais, de grandes capitalistas e, em vários setores, são monopólios. Devemos liquidar o câncer capitalista que nos obriga a cada dia a impor o nosso próprio governo, um governo operário e camponês (de todos os oprimidos da cidade e do campo).

1.165.000 trabalhadores desempregados, 9,3% (índice oficial)

O índice aponta a existência de uma elevadíssima quantidade de trabalhadores desempregados.

As taxas mais elevadas se encontram na região urbana bonaerense (11,2%), na grande Rosário (11,7%) e na grande Córdoba (11,5%), as regiões mais industrializadas. O desemprego e subemprego é mais elevado entre as mulheres (10,6%) e os mais jovens (18,9%).

O subemprego aumentou 11,2% e o trabalho informal – não registrado – 33,4%. Foi o diretor do INDEC quem divulgou estes números.

Números que mostram um objetivo deliberadamente almejado. Não é um equívoco. A burguesia e seu governo têm como objetivo produzir um elevado desemprego para enfraquecer a classe operária, para que aceite reduzir seus salários reais, para que aceite perder conquistas trabalhistas.

Estes números também mostram que sob o governo kirchnerista era mantida uma elevada quantidade de trabalhadores desempregados, subempregados e uma altíssima taxa de trabalhadores informais (um em cada três).

Como já aconteceu nos anos 90, quando chegamos a ter 5 milhões de trabalhadores desempregados e subempregados, a CGT se desliga do problema, segue a política patronal, deixa rolar. Esta é sua pior traição. Os sindicatos primeiro devem organizar a luta para impedir as demissões e quando isto ocorre devem organizar os trabalhadores demitidos dentro do sindicato. Os trabalhadores não esperam que os sindicatos mudem, já se puseram em movimento do jeito que podem. Reorganizaram os movimentos de desempregados e fizeram mobilizações massivas como a de San Cayetano. As ocupações de estradas e

piquetes já começaram, do mesmo modo que a repressão para intimidá-los (como ocorreu na estrada La Plata-Buenos Aires).

Sabemos que não há lei que impeça as demissões. A única via para defender os empregos é a ação direta dos trabalhadores. Nem indenização, nem dupla, nem tripla que impeça as demissões. Não concordamos com as indenizações. O emprego não tem preço. Já conhecemos a experiência dos anos 1990, em que cresceram os quiosques, os taxis, as quitandas... e, em pouco tempo, esgotava-se o dinheiro.

Às demissões há que acrescentar os milhares de trabalhadores suspensos. Um dos setores mais afetados pela crise é o automotivo. Na FIAT, se trabalham dois ou três dias por semana e anunciam que em setembro trabalharão apenas 7 dias no mês. Na Volkswagen, anunciaram que trabalharão 4 dias por semana, até o final do ano. Na Renault, os patrões avisaram que aplicarão medidas similares. A resposta imediata deve ser: ocupar todo lugar que suspenda ou demita, impedindo o esvaziamento das empresas.

Outro dado importante do levantamento do INDEC é que, na média, 15,7% dos empregados tem a necessidade de trabalhar mais. Buenos Aires e região (17,6%) e o Nordeste (18,6%), particularmente Tucumán e Salta, 21,2% na grande Córdoba e 20% em Mar del Plata. Trabalhadores que pelos baixos salários ou péssimas condições de trabalho buscam outras ocupações ou trabalham mais, mais horas, mais horas extras, trabalham nas folgas e férias, etc. Este é um problema que merece nossa atenção pela sua gravidade: em momentos que mais de dois milhões de trabalhadores estão desempregados ou subempregados, o que se coloca é trabalhar menos para que trabalhem todos e defender o salário. Os patrões tiram proveito da miséria salarial pressionando os trabalhadores para explorá-los mais, para extrair o maior lucro. A classe operária tem de defender seu corpo como classe, impedir que o enfraqueçam, que a dividam.

O pior flagelo é o desemprego. Não se pode vender sequer sua força de trabalho. Devemos arrancar à burguesia e seu governo TRABA-LHO PARA TODOS, impondo a escala móvel de horas de trabalho.

O capitalismo em decomposição empurra aos trabalhadores e às massas em geral à barbárie, inclusive nos países desenvolvidos. Os dados indicam 250 milhões de desempregados no mundo.

Como dizia Trotsky, *“o atual exército de desempregados já não pode ser considerado um ‘exército de reserva’, pois, sua massa fundamental não pode ter já esperança alguma de voltar a ser empregada; pelo contrário, está condenada a ser engrossada com uma afluência constante de desempregados adicionais. A desintegração do capital trouxe consigo toda uma geração de jovens que nunca tiveram um emprego e que não têm esperança alguma de consegui-lo. Esta nova subclasse entre o proletariado e o semiproletariado está obrigada a viver às custas da sociedade. Calcula-se que no curso de nove anos (1930-1938) o desemprego privou à economia dos Estados Unidos mais de 43 milhões de anos de trabalho humano. Se considerarmos que em 1929, no ápice da prosperidade, havia 2 milhões de desempregados nos Estados Unidos e durante esses nove anos o número de trabalhadores potenciais aumentou até 5 milhões, o número total de anos de trabalho humano perdido deve ser incomparavelmente maior. Um regime social atacado por esta praga, encontra-se doente e condenado à morte. O diagnóstico exato desta foi feito há cerca de oitenta anos. Quando a própria doença estava em germe”*. Podemos imaginar o que representam hoje as proporções que tanto assustavam oitenta anos atrás.

Diante da barbárie capitalista que condena os trabalhadores a mendigar um emprego por salários miseráveis, a classe operária exige a distribuição de todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem reduzir os salários para terminar imediatamente com o flagelo do desemprego.

(extraído do Jornal Massas, nº 316, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Venezuela

Novos sintomas da desagregação política

Em 28 de outubro, aconteceu a primeira paralisação nacional de atividades contra o governo Maduro. A greve patronal foi realizada dois dias depois da massiva mobilização da oposição que se dirigiu ao palácio do governo, exigindo se retomassem a via do plebiscito para decidir a permanência ou saída de Maduro do governo. Tratou-se, portanto, de mais uma peça nas movimentações da fração da burguesia pró-imperialista para consumir o afastamento do chavismo do poder do estado.

É nesse contexto que a chamada “greve cívica” se realizou. Foi forte nas capitais e regiões controladas pela oposição, onde diversas indústrias paralisaram suas atividades por 12 horas. No entanto, os setores chaves da economia (produção e refinamento de petróleo), dos serviços e do comércio funcionaram normalmente.

A oposição a caracterizou como “um êxito”, enquanto para o chavismo foi “um fracasso”. A retórica exitista de ambos os lados, porém, oculta que não se pretendeu paralisar a economia. Tratava-se para a oposição apenas de realizar uma demonstração de força visando a condicionar o começo das negociações convocadas para dia 30 de outubro. De forma que cuidou de não paralisar setores chaves da produção e do comércio para, assim, não projetar a imagem de uma greve patronal (lock-out), mas de “mobilização cívica”. Também pesou a ameaça do governo de expropriar as empresas que aderissem à paralisação. Patrulhas militares realizaram inspeções surpresa, visando a amedrontar os capitalistas. E assim dissuadir funcionários e operários.

O fundamental está em que a possibilidade da classe operária paralisar a produção e se mobilizar com reivindicações próprias assombra tanto a oposição quanto os governistas. Para o chavismo, significava que se operava uma ruptura em uma base de apoio social de vital importância para enfrentar os boicotes, promovidos pelos capitalistas na produção, assim como um alarme da incapacidade da burocracia sindical de conter o movimento operário. Isso explica por que Maduro decretou um aumento de 40% no salário mínimo um dia antes da paralisação. Para a oposição, por sua vez, se tratava de não abrir caminho à mobilização da classe operária com suas próprias bandeiras e métodos de luta, o que ameaçaria seus interesses de resolver a crise política nos marcos da democracia e instituições burguesas. Está aí por que o caráter de “greve cívica” teve amplo apoio na burguesia e na classe média urbana. Eis também por que seus métodos e programa serviram para impulsionar uma via de solução burguesa à crise política. A decisão do Parlamento (28 de outubro) de abrir um processo político contra Maduro serviu de cobertura legal ao locaute patronal.

Entretanto, um objetivo crucial da paralisação foi alcançado: o de condicionar politicamente a mesa de negociação de domingo, 30 de outubro. Assim, o Vaticano e a UNASUL, na condição de “mediadores”, teriam melhores condições para influir. O que assegura a intervenção imperialista, embora disfarçada. Os Estados Unidos apoiam as negociações, embora não arrefeçam suas movimentações por trás dos bastidores, no sentido de uma saída golpista.

As negociações têm por objetivo anunciado: resolver as disputas no marco do “Estado de Direito”, avançar a “reconciliação

nacional”, garantir “os direitos humanos”, achar uma saída para a crise econômica e estabelecer um cronograma de transição negociada. Nesse sentido, foi colocada em discussão a convocação de eleições gerais para junho de 2017, aproveitando as eleições para governadores e adiantando, para essa mesma data, as eleições presidenciais que aconteceriam em 2018.

Está claro que as novas negociações têm por principal objetivo o de se alcançar um acordo para uma transição política negociada. O imperialismo e setores da burguesia venezuelana temem que o agravamento da crise interburguesa projete um movimento descontrolado das massas. A preservação das instituições burguesas como via de resolução dos conflitos internos à burguesia obriga as suas frações a comparecer às recorrentes negociações.

A oposição pró-imperialista se apoia na crescente rejeição popular ao governo chavista, incapaz de resolver os graves problemas da economia e responder à altura o bloqueio internacional promovido pelas forças da reação latino-americanas, agora liderada pelo Brasil. Maduro teme uma derrota na consulta popular. O contínuo avanço do cerco imperialista e das movimentações da fração opositora o obrigam a fazer concessões. O que fortalece incessantemente os adversários do chavismo. A libertação de cinco presos da oposição, em sinal de “boa vontade”, de fato, cede à

exigência da frente opositora reunida na MUD. A exigência agora é ainda maior. Pleiteia-se a libertação de Leopoldo López, chefe do partido Vontade Popular (VP), que no espectro da oposição expressa posição mais radical antichavista e que está pela via de um golpe militar. A declaração de Henrique Capriles a esse respeito foi taxativa – o progresso das negociações depende da libertação de López e outros membros do VP.

A eleição de Macri na Argentina e o impeachment Rousseff fortaleceram o cerco montado pelos Estados Unidos ao chavismo. Em particular, encorajou a oposição a levantar a bandeira de impeachment de Maduro. A situação interna da Venezuela ainda não permite viabilizar essa via. Mas indica mais uma das possibilidades de desfecho da crise de regime político.

O chavismo mantém ainda um forte controle sobre as instituições e tem centralizado autoritariamente as decisões políticas e econômicas. A contrapartida tem sido a do aumento de poder para as Forças Armadas, que, nos últimos meses, passaram a ter o controle de empresas, indústrias, distribuição de produtos e mercadorias e de ministérios (da Interior, da Planificação, das Indústrias, etc.). As Forças Armadas estão claramente na posição de árbitro que decidirá, em última instância, quais os rumos de solução da crise política. As frações burguesas em disputa cuidam para que não se frature a coesão interna das Forças Armadas, sem que se tenha clara a via de solução.

O imperialismo acabará por convencer a oficialidade a abandonar o chavismo a sua própria sorte. Não há como se sustentar um governo que não conta com apoio de uma poderosa fração capitalista e que ao mesmo tempo se apoia na preservação da grande propriedade privada dos meios de produção e na continuidade do regime de exploração de trabalho, de pobreza e miséria das massas. Essa é a contradição de fundo do governo nacionalista.



Nas condições de crise mundial, que arrastou a Venezuela para o precipício, até que o chavismo teve vida longa. O quer dizer que ainda conta com apoio de importantes camadas da população e da alta oficialidade das Forças Armadas que se beneficiaram do regime edificado por Hugo Chávez. O esgotamento dessa relação é visível. O que fortalece a sistemática campanha da oposição pela derrubada e erradicação do chavismo.

É flagrante a intervenção do Brasil e da Argentina pela derrocada do governo. A volta ao poder da velha oligarquia e da fração pró-imperialista na Venezuela impulsionará o novo alinhamento político que tem como marco a derrota de Cristina Kirchner na Argentina e o golpe institucional contra Dilma Rousseff no Brasil. O proletariado, os camponeses e as camadas mais pobres da Venezuela não veem motivo para sustentar o chavismo decrépito e incapaz de liderar a revolução democrático burguesa, nacional e anti-imperialista. Esse era o horizonte do Socialismo do Século XXI.

Ocorre que o capitalismo já não comporta as revoluções democrático-burguesas em nenhuma parte. As tarefas democráticas

próprias do país semicolonial, como a independência nacional, reforma agrária, solução da miséria, da fome e estabelecimento das garantias elementares civilizatórias passou para as mãos da classe operária. A revolução social é o caminho para enfrentar a resistência das forças pró-imperialistas às transformações. Essa é a questão principal que emerge nas condições do esgotamento do nacional-reformismo chavista e de crise do regime político. O proletariado tem pela frente a tarefa de conquistar a independência de classe por meio de seu partido revolucionário. A vanguarda poderá assumir essa tarefa se se emancipar do nacionalismo chavista e combater com a estratégia da revolução proletária as forças oligárquicas e pró-imperialistas que caminham por retomar o poder do Estado.

Aqui no Brasil, o POR combate o governo golpista. Defende o direito da autodeterminação do povo venezuelano resolver a crise de seu país. Condena e denuncia o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Assimila as experiências com o nacional-reformismo chavista para demonstrar seu conteúdo burguês e para defender a via da revolução proletária.

Eleições no Estados Unidos

A degeneração na política expressa o esgotamento do capitalismo

A burguesia em sua etapa progressista, antes mesmo de obter o controle do aparato estatal e depois quando possibilitou um gigantesco crescimento das forças produtivas, gerou a mais avançada cultura: desenvolveu as ciências e as aplicou na produção; na política, combateu as tendências reacionárias do feudalismo; deu um salto no pensamento filosófico; desenvolveu a arte, incorporando novas fontes de criação, etc. Agora, em sua etapa de decadência, se converte em freio do desenvolvimento da cultura em geral. Uma das manifestações mais degradantes comparece na política norte-americana. Nas atuais eleições, seus protagonistas aparecem encarnando a ignorância e a estupidez grotesca. Ambos concorrentes resultam da mesma política imperialista, cujo objetivo supremo é consolidar o saque dos recursos naturais e a opressão dos países atrasados, para salvar a economia norte-americana à custa de destruição e genocídio nos países pobres.

Neste cenário, Donald Trump não é um fenômeno isolado, que surge como expressão dos setores mais obscurantistas da política norte-americana. Trata-se da manifestação de uma corrente mundial de potenciação de tendências neofascistas e ultraconservadoras, como resposta extrema da classe dominante mundial à grave crise estrutural do capitalismo. Essas tendências comparecem na América Latina na tomada do poder por meio de eleições ou de golpes constitucionais, como ocorreu na Argentina e no Brasil, respectivamente. Em muitos países da Europa têm varrido os traços da socialdemocracia. Essa corrente procura salvar da crise o capitalismo não importando que seja à custa da destruição física da força de trabalho e da mais cruel submissão das nações oprimidas. Caracteriza-se por uma extrema xenofobia, para combater brutalmente a massiva imigração proveniente dos países oprimidos. Os imigrantes desesperadamente se movem sob a falsa crença de que encontrarão um paraíso terrestre. Deparam-se com o racismo extremo, que alimenta as tendências fascistas de nosso tempo. Tendências reacionárias que colocam descaradamente a supressão de todas as conquistas sociais dos trabalhadores e dos serviços gratuitos da saúde e educação da população mais desprotegida. Trump é o campeão da defesa da expulsão massiva dos

imigrantes latino-americanos, mulçumanos e de outras regiões do território norte-americano.

Nos debates entre os candidatos, está longe a proposição de programas de governo. Não há interesse em marcar com uma linha divisória as diferenças, para que os eleitores tomem uma posição ao votar. A guerra de insultos revela a depravação dos políticos norte-americanos. Provavelmente, Trump seja derrotado por ser depravado sexual e não por suas posições políticas conservadoras. O fato de que seu próprio partido – agora interessado somente em salvar a maioria republicana no parlamento – tenha lhe virado as costas dá a entender que a situação deste político de singular cinismo é insustentável.

A política norte-americana confirma o que há muito afirmamos – o esgotamento do capitalismo se revela como barbárie em suas múltiplas manifestações superestruturais. O que a burguesia criou em sua etapa progressista, hoje a destrói sistematicamente: a política, a educação, a arte, a filosofia e o desenvolvimento das ciências estão sendo brutalmente destruídos pela barbárie capitalista. Na base econômica, a maciça destruição de forças produtivas, para salvar as caducas relações de produção (a grande propriedade privada dos meios de produção nas mãos de uma minoria opressora), é o caminho de destruição de conquistas da humanidade, em seu conjunto.

Não existe possibilidades de reverter esta situação pelo caminho das reformas econômicas, sociais e políticas. A etapa das reformas ficou para trás. Está aí por que afundam estrepitosamente todas as manifestações do reformismo. A socialdemocracia europeia abriu caminho para as tendências direitistas mais reacionárias. A experiência do chamado “Socialismo do Século XXI”, na América Latina está fadada a dar lugar à direita pró-imperialista, nas condições em que não se consolidou uma direção revolucionária. Somente a revolução social, com projeção internacional e consolidação dos Estados operários baseados na propriedade social dos meios de produção poderá vencer definitivamente a barbárie capitalista.

(extraído do Jornal Massas, nº 2468, 21 de outubro de 2016, órgão do Partido Revolucionário da Bolívia)

Callais - Retrato da barbárie

As cenas degradantes de destruição do gigantesco acampamento de Calais não são inéditas. A novidade está em que, desta vez, a autorização partiu do governo socialdemocrata de François Hollande. O começo da selvageria coube ao governo de Nicolas Sarkozy, que, em 2009, derrubou os barracos de Calais.

A concentração de imigrantes africanos e asiáticos neste porto situado ao norte da França e em posição fronteiriça com a Grã-Bretanha tem uma razão de ser. Milhares de homens, mulheres, jovens e crianças aspiram chegar ao Reino Unido pelo Canal da Mancha. Arriscam-se dia a dia a passar clandestinamente as barreiras de contenção britânica.

A região há muito se tornou palco de conflito entre a Grã-Bretanha e a França. Datam de 1989 as discussões de como controlar o fluxo de imigrantes. Em fevereiro de 2003, foi assinado o Tratado de Sangatte. Entre outras medidas de controle, permite que a polícia britânica entre em Calais para investigar a situação dos imigrantes que pretendem atravessar o Canal da Mancha.

Já havia precedentes, portanto, de desmonte de acampamentos de imigrantes antes mesmo de 2009. Agora, com as guerras civis internacionalizadas pelo imperialismo e com o avanço da miséria no Oriente Médio e África, a crise da imigração, com milhares e milhares de refugiados chegando à Europa, explodiu.

Callais foi apelidada de “selva”. Entre 6,5 mil a 8,0 mil imigrantes, sobreviviam no acampamento, formando uma imensa favela. A decisão da Grã-Bretanha de sair da União Europeia precipitou a decisão do governo francês de desmontar Callais

e transferir os moradores para abrigos. Contra a vontade dos imigrantes, a polícia executou a ordem. As cenas se assemelham aos despejos das ocupações em São Paulo. Adultos, jovens e crianças passaram a perambular pelas ruas de Paris, contrastando com sua bela e rica organização.

A burguesia europeia deve ser responsabilizada pela barbárie. Promove o saque das semicolônias, impulsiona as guerras civis e recrudescer o colonialismo. As massas oprimidas, premidas pela fome, vergastadas pelas guerras e desorganizadas não têm outra via senão fugir do caos para a ordem capitalista. Não sabem que vão ao encontro justamente dos algozes de seu povo, de sua nação. São recebidos como hordas, como bandos que põem em risco a paz e a tranquilidade dos europeus faustos de riqueza e de luxo.

O capitalismo mundial com sua alta concentração de capital nas mãos de uma ultraminoria só tem a oferecer pobreza, miséria e sofrimento para a maioria. Os imigrantes pagam um preço caro por não terem sido organizados para participar da rebelião das nações oprimidas contra as nações opressoras. Pagam caro por não lutarem pela independência nacional e pelo fim da exploração capitalista do trabalho. Essa é sua principal tragédia.

Nossa luta, a luta dos comunistas, dos marxista-leninista-trotskistas, é a de construir os partidos revolucionários em toda a parte, arma necessária para combater a barbárie por meio do programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Muro Britânico

O secretário de Imigração da Grã-Bretanha, Robert Goodwill, anunciou a intenção de construir um muro de 4 metros de altura que separará o país da França, nas imediações da cidade francesa de Calais. Trata-se de uma medida para conter os milhares de imigrantes que estão acampados na região, ao que se denominou “Selva de Calais”. O mais correto é que esse contingente humano que se deslocou de países do Oriente Médio e da África está confinado em uma espécie de campo de concentração.

É bem conhecida a situação de miséria a que os imigrantes estão submetidos, portanto, não é preciso descrevê-la. Há que ressaltar que se trata da expressão da barbárie no seio da Europa rica e civilizada. Há pouco, caminhoneiros e moradores de Calais fecharam o trânsito exigindo a remoção dos imigrantes. O governo britânico não quer recebê-los. O governo francês os aceitou a contragosto. Em toda a Europa, desenvolve-se uma campanha xenofóbica.

Como não tem sido possível conter a leva de imigrantes, os Estados negociam entre si os custos de manter os imigrantes na mais absoluta miséria. É o que ocorreu entre a Grã-Bretanha e a França. No entanto, com a aprovação do referendo que desvincula os britânicos da União Europeia, cessou o acordo que envolvia o campo de concentração de Calais. O governo francês já não viu como continuar arcando com os custos que caberia ao país vizinho. Tudo indica que o senhor Goodwill considera que os imigrantes passaram a ter mais facilidades para se lançarem do porto de Calais para a travessia do Canal da Mancha.

Um dos motivos que levou os explorados ingleses a votar pelo

sim do “Brexist” foi exatamente a influência da xenofobia, que culpa os imigrantes pelo desemprego e pelo rebaixamento salarial. A burguesia europeia sempre que precisou usou e abusou dos imigrantes como força de trabalho desqualificada e barata. Continua usufruindo dessa vantagem, mas a estagnação e recessão elevaram a taxa de desemprego e do subemprego.

A concorrência entre os próprios trabalhadores, que vendem sua força de trabalho aos capitalistas, cega as massas diante dos exploradores e das causas reais do desemprego, do aumento da exploração e da perda de antigas conquistas trabalhistas. Somente a unidade operária em luta se opõe à concorrência mercantil e golpeia a política e a ideologia xenófoba. Sem a direção revolucionária, o proletariado inglês e francês, que, na realidade, é uma só classe, não tem podido receber os imigrantes em seu seio e incorporá-los no combate pelo programa de reivindicações.

A burguesia não pode dar uma resposta positiva ao fenômeno social da imigração, uma vez que é a responsável pelo grande deslocamento dos oprimidos. Arrasta, assim, a classe média e setores da classe operária por trás de sua política chauvinista e xenófoba.

O anúncio da “Grande Muralha de Calais”, como foi batizada, expressa essa grave situação. Parece que o governo britânico adotou a solução aventada pelo candidato republicano Donald Trump, que prometeu, se for eleito, separar os Estados Unidos do México por uma extensa muralha. A cerca de arame edificada pela Hungria em sua fronteira com a Romênia e o recrudescimento das leis anti-imigratórias retratam perfeitamente as soluções repressivas

e fascizantes. A Turquia é financiada pela União Europeia para bloquear a fuga de sírios e outras nacionalidades, concentrando-os em acampamentos, somando mais de 5 milhões de pessoas. Esse é o clima que prevalece na Europa e nas suas fronteiras.

Já não tem importância a recordação do velho Muro de Berlim, outrora tão estigmatizado pela burguesia e pela classe média. Israel, também por meio de um muro, pôde confinar um povo inteiro na Faixa de Gaza e Cisjordânia, sem maiores consequências no mundo civilizado e no seu organismo internacional que é a ONU, que tanto alardeia a defesa dos direitos humanos. De conjunto, essas medidas refletem a decomposição mundial do capitalismo.

O imperialismo – ou melhor, a grande aliança imperialista dos Estados Unidos com a Europa Ocidental – tem submetido o Oriente Médio a guerras permanentes. Devastam-se países inteiros e promove-se um morticínio. Realinham-se as forças internas por meio das intervenções armadas. Potencia-se a resistência que se lança ao terrorismo. Joga-se um país contra outro. E assim alimentam-se os deslocamentos humanos.

Milhares de imigrantes morrem nas travessias. Outros milhares se tornam vítimas do confinamento e da xenofobia. Está aí por que a mais antiga potência capitalista, edificada sobre o colonia-

lismo, não tem como enfrentar a crise a não ser com os meios e os métodos tipicamente fascistas. Está aí por que se expande o ódio aos imigrantes na Europa quando são vítimas do intervencionismo imperialista.

A vanguarda consciente está obrigada a lutar com todas as suas forças contra o chauvinismo e a xenofobia. O que será consequente se for sob o programa e a estratégia da revolução proletária. As posições democratizantes da pequena-burguesia se deparam com as muralhas do capitalismo. É o que temos visto na Grécia e na Espanha, em especial.

É bem provável que a crise mundial ainda se prolongue e se agrave. A classe operária está permeada das contundentes contradições do capitalismo que se decompõe. Ou toma a frente das lutas, ou paga caro pela submissão. As greves que eclodiram desde março de 2016 na França e chegaram ao ponto alto com a greve geral de junho assinalam o caminho do proletariado europeu. É necessário que tome em suas mãos a defesa dos imigrantes, responsabilizando a burguesia imperialista pelas devastações no Oriente Médio e África. A luta contra o chauvinismo e a xenofobia é parte intrínseca do programa da revolução social e do internacionalismo proletário.

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

No Jornal Massas, nº 529, expusemos as formulações de Lênin sobre o “caráter conspirativo” do partido revolucionário. Mostrou que a necessidade de o partido do proletariado ser conspirativo diz respeito à ditadura de classe da burguesia. Trataremos, agora, como último aspecto de nosso estudo sobre “Que Fazer”, da natureza do jornal e a sua função partidária.

A primitiva socialdemocracia não contava com um jornal nacional. Suas atividades se limitavam a publicações locais, em sua maioria na forma de panfletos. Esse trabalho de agitação não dava conta da propaganda. Estava de acordo com o que pensavam os espontaneístas, dedicados agitadores.

A luta de Lênin por constituir um partido centralizado, voltado ao trabalho político em todos os aspectos da vida nacional e em todas as camadas sociais, exigia um jornal distinto das publicações locais. Entendia-o como um instrumento de condução do partido e portador de diretrizes gerais, que permitissem a intervenção centralizada na luta pela direção do proletariado.

Em sua essência concebia o jornal segundo a premissa de que, sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária. As denúncias não apenas deviam continuar como também se ampliar, por meio de panfletos e outras publicações locais. Não havia incompatibilidade entre o rico e múltiplo trabalho de agitação com o de propaganda revolucionária. A única condição era de que o jornal não devia se rebaixar ao nível do panfleto fabril. Os acontecimentos diários da luta de classes deveriam “interessar a todos os operários e a todos os dirigentes do movimento”. Isto é, ultrapassaria o interesse local. A generalização da experiência da luta de classes cabe ao jornal nacional. A agitação particular, fabril, fornece elementos para a orientação geral do partido.

Lênin diagnosticava que “o predomínio da imprensa local sobre a central é sinal de penúria ou de luxo. De penúria, quando o movimento ainda não alcançou força para um trabalho em grande escala, quando ainda vegeta dentro dos métodos primitivos e quase se afoga na pequenez da



vida fabril’. De luxo, quando o movimento já dominou plenamente a tarefa das denúncias em todos os sentidos e da agitação em todos os sentidos, de modo que, além do órgão central, se fazem necessários numerosos órgãos locais”.

Desse diagnóstico concluía que “a maioria das organizações locais deve pensar, sobretudo, em um órgão destinado a toda Rússia e trabalhar principalmente para ele”. Somente quando essa tarefa estiver cumprida, se poderá estabelecer uma relação indispensável entre o órgão central e os órgãos locais.

Lênin teve de rechaçar a acusação dos espontaneístas que resistiam ao partido centralizado, com um jornal para toda a Rússia. Acusações como a de que estaria negando a luta cotidiana e abraçando a “propaganda de ideias brilhantes e acabadas”. Ou, então, que se pretendia uma propaganda voltada para os operários cultos. Ao que Lênin demonstrava que o partido tinha de trabalhar para superar as limitações dos operários, que se encontravam presos à camisa de força da luta exclusivamente econômica. Apoiou-se na premissa de que as massas em luta aprendem com a ajuda do partido. E que era preciso ajudá-las “a formar os dirigentes da luta, tanto entre os operários cultos, quanto entre os intelectuais” e que “esses dirigentes podem se formar exclusivamente compreendendo de modo sistemático e cotidiano todos os aspectos da nossa vida política, todas as tentativas de protesto e da luta das distintas classes e por diversos motivos”. O jornal nacional é necessário para cumprir esse objetivo.

Em síntese: “O jornal não é somente um propagandista e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo”.

Essa definição do jornal revolucionário está intimamente ligada ao desenvolvimento da luta programática, à propaganda política, ideológica e teórica e à agitação. De maneira que não se trata “de um trabalho de gabinete de pessoas contaminadas de doutrinismo e literalismo”, mas de um trabalho prático cotidiano voltado a preparar o proletariado para dirigir a revolução. O jornal como organizador coletivo dá coesão às fileiras do partido e permite a propaganda e agitação coletivas.